



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 3/2015
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 30-04-2015**

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 3 da Sessão Ordinária de 30-04-2015

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -30 de abril de 2015-----

INICIO - Quinze horas e trinta e cinco minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto..... PS

2ª SECRETÁRIA - Mafalda Sofia Mendes Azenha Paiva..... PS

MEMBROS - Ana Margarida Pinto da Cunha PS

José Manuel Pereira da Costa SOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Ana Elisabete Laborda Oliveira SOMOS FIGUEIRA

Fausto Fernando Santos Loureiro PS

Luís Manuel Mendes Ribeiro PS

João Gomes Lopes SOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz CDU

Ana Raquel Mendes Correia..... PS

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco SOMOS FIGUEIRA

João Filipe Carronda da Silva Antunes..... PS

Vânia Isabel Duarte Batista SOMOS FIGUEIRA

José Augusto Fernandes Mateus PS

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares PS

Carlos Manuel da Silva Rabadão SOMOS FIGUEIRA

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves CDU

Fernando Miguel Gonçalves Pereira PS

Mário da Silva Esteves SOMOS FIGUEIRA

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa SOMOS FIGUEIRA

Natália Jerónimo Pires..... SOMOS FIGUEIRA

Mário Alberto Gomes Oliveira..... CDU

Nuno Miguel Garcia Carvalho..... SOMOS FIGUEIRA

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Luís Miguel Martins Bento PS

(Bom Sucesso) Mário Fajardo Acúrcio INDEPENDENTE

(Buarcos) José Manuel Matias Tavares PS

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro PS



(Lavos)	José Elísio Ferreira de Oliveira	INDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias	SOMOS FIGUEIRA
(Marinha das Ondas)	Manuel da Silva Caiano	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	SOMOS FIGUEIRA
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Maria Fernanda Marques Lorigo	PS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos Salgueiro	PS
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno	PS
(Vila Verde)	Vitor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Manuel da Conceição Rodrigues Nada por Manuel da Silva Caiano, e João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos por Elisabete Cunha da Fonseca.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Mário João Menezes Paiva, Manuel da Conceição Rodrigues Nada, e João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos.-----

FALTAS

Elisabete Cunha da Fonseca.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO DE VITOR FREDERICO DA SILVA FIGUEIREDO PAIS

Foi presente um requerimento de Vitor Frederico da Silva Figueiredo Pais, deputado municipal eleito pelo Partido Social Democrata na lista da Coligação Somos Figueira, solicitando a suspensão do seu mandato de 01 de abril a 31 de dezembro de 2015, com fundamento em razões decorrentes da sua atividade profissional e empresarial.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, Ana Raquel Correia, João Paulo Pinto, Fernanda Marques Lorigo, Susana Oliveira Monteiro, do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, apreciou e autorizou unanimemente o pedido de suspensão de mandato de 01 de abril a 31 de dezembro de 2015, formulado por Vitor Frederico da Silva Figueiredo Pais, deputado municipal eleito pelo Partido Social Democrata na lista da Coligação Somos Figueira.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----



1.2 - TOMADA DE POSSE COMO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NUNO MIGUEL GARCIA CARVALHO

O Presidente informou que o candidato do Partido Social Democrata na lista da Coligação Somos Figueira, Nuno Miguel Garcia Carvalho, tomará hoje posse como membro deste órgão, nos termos do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua última redação, substituindo Vitor Frederico da Silva Figueiredo Pais, cujo mandato ficará suspenso até ao dia 31 de dezembro de 2015.-----

De seguida, procedeu-se à leitura do termo de posse, o deputado prestou o juramento legal, tendo o documento de posse sido assinado pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelo empossado.-----

O Presidente desejou ao recém empossado votos de êxito nesta sua nova experiência como autarca.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

1.3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 27 DE JUNHO DE 2014, E DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação a aprovação das atas das sessões ordinárias de 27 de junho de 2014 e de 27 de fevereiro de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Gostaria de saber as razões de só agora estarmos a aprovar uma ata de junho de 2014?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Tem sido difícil transcrever estas atas pelo facto do sistema de gravação ter tido problemas durante um extenso período do ano de 2014. Relembro que o mesmo só foi arranjado em finais do ano de 2014."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, Ana Raquel Correia, João Paulo Pinto, Fernanda Marques Lorigo, Susana Oliveira Monteiro, do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, deliberou:-----

1 - Por maioria, com vinte e sete votos a favor, cinco abstenções dos membros do Partido Socialista Manuel Silva Caiano, António Santos Salgueiro, e Vitor Santos Madaleno, do Partido Social Democrata, Nuno Garcia Carvalho e Paulo Querido Rodrigues, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2014;----

2 - Por maioria, com vinte e oito votos a favor, quatro abstenções dos membros do Partido Socialista Manuel Silva Caiano, do Partido Social Democrata, Nuno Garcia



Carvalho e Carlos Manuel Rabadão, e da Coligação Democrática Unitária Silvina Anadio Queiroz, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

1.4 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente: -----

- Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e eventos por ela promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar -----

- Convites do Presidente da Câmara para: -----

► a cerimónia de assinatura do contrato da empreitada do "Centro Escolar da Marinha das Ondas" -----

► a Conferência "O Futuro da Figueira da Foz - os negócios e o território" -----

► a receção à Senhora Embaixadora de Moçambique em Portugal, Fernanda Eugénia Moisés Lichale -----

- Um convite da Divisão de Cultura para a apresentação do livro «A vida Num dia», da autoria do figueirense Rui Figueiredo -----

- Um convite conjunto da Assembleia Figueirense e da Associação Viver em Alegria para um almoço comemorativo do dia da Mulher -----

- Um convite conjunto do Presidente da Câmara e do Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais para a Sessão Solene Comemorativa do 150.º Aniversário do Corpo de Bombeiros Municipais da Figueira da Foz -----

- Um convite conjunto do Presidente da Câmara e do Presidente da Junta de Freguesia de Marinha das Ondas para a cerimónia de lançamento da 1.ª Pedra do "Centro Escolar da Marinha das Ondas" -----

- Um convite conjunto do Presidente da Câmara e da Agência para a Modernização Administrativa, para a cerimónia de Inauguração do BAU - Balcão de Atendimento Único -----

- Um convite conjunto do Presidente da Câmara e do Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca para estarem presentes na cerimónia de Inauguração do Arranjo Urbanístico do Largo da Feira Velha de Maiorca -----

- Um convite do Conselho de Administração da Celulose Beira Industrial, Celbi S.A para o lançamento do livro "A Indústria da pasta de celulose na história da Figueira da Foz - A Celbi 1960 a 1967" da autoria de Manuel Saraiva Santos -----



- Um convite da Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A. para a Conferência sobre a «Estratégia de segurança marítima - Portugal e a União Europeia» onde foi orador o Vice-Almirante Victor Cajarabille-----
- Um convite da Associação Musical União Filarmónica Maiorquense para as Comemorações do 2º. Aniversário do Rancho Infantil de Maiorca-----
- Um convite da Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova para as comemorações do Dia da Freguesia-----
- Um convite do Agrupamento de Escolas Figueira Norte (AEFN) para as suas Jornadas Culturais-----
- Um convite do Vereador António Tavares para uma reunião integrada na Ação 4 - Planos Municipais para a integração dos Imigrantes-----
- Um convite do grupo de música popular EmCantos, da EmCantos - Associação de Inovação e Tradições (Moinhos da Gândara), para um espetáculo de apresentação do seu segundo disco - ESTENDAL-----
- Um convite do Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos para a Feira Medieval Infante D. Pedro-----
- Um convite do Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos para a conferência de imprensa de apresentação da 5ª edição da Feira Medieval Infante D. Pedro-----
- Um convite do Presidente da Junta de Freguesia de Marinha das Ondas para as comemorações do 87.º aniversário da Criação da Freguesia-----
- Um convite do Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão para as comemorações do 87.º aniversário da Criação da Freguesia-----
- Um convite do Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede para as comemorações do Dia da Freguesia-----
- Um convite do Pateo das Galinhas Teatro de Bico para as comemorações do Dia Mundial de Teatro, com a abertura das 38.ªs Jornadas de Teatro Amador do Lions Clube, e a apresentação da peça Lisístrata, pelo Grupo de Teatro da Universidade Sénior Figueira da Foz-----
- Um convite de António Silva Avançar para a inauguração da 2ª Expo Clássicos---
- Um convite do FICIS 2015 - Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis para uma série de conferências alusivas aos temas Energia, Mobilidade, Sustentabilidade, Tecnologia e Inovação, Governança, Segurança, Regeneração Urbana e Economia-----
- Um Convite da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para a «Sessão de Esclarecimento - Programas de Apoio às Pequenas e Médias Empresas»-----



- Um convite do FICIS 2015 - Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis para a Conferência Portugal 2020-----
- Um convite da Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova para a comemoração do 25 de Abril na freguesia-----
- Um convite do Grupo Caras Direitas para a comemoração do Aniversário do Rancho das Cantarinhas de Buarcos-----
- Um convite do Grupo Caras Direitas para o Espetáculo de Comemoração do 25 de Abril - RESPIRAR ABRIL.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2. - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Dado não haver público inscrito para intervir junto deste órgão deliberativo, passamos de imediato aos assuntos gerais de interesse para o Município."-----

3. - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - MOÇÃO «QUE ABRIL E MAIO SE CUMPRAM»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Há uma semana atrás, aproximadamente, festejamos os 41 anos da Revolução de Abril. Aproveitamos a oportunidade para saudar todos os que nesse dia de sábado relembaram genuína e jubilosamente a efeméride. Agradecemos do coração a sensibilidade e também a coragem e lucidez do nosso companheiro, deputado municipal Luis Ribeiro, ao referir-se, na sua intervenção, ao que foram o papel e a ação dos comunistas nos negros dias da ditadura. Muito sensibilizados ficamos."-----

Há 41 anos, uma semana após aquela madrugada libertadora e luminosa, o Povo saía à rua, manifestando o seu sentimento perante uma liberdade até aí desconhecida. Festejámos a queda do Governo, a ação heroica dos Militares de Abril, a abertura das portas das prisões aos presos políticos, o regresso dos exilados por força das perseguições aqui experienciadas."-----

Amanhã, revisitamos toda esta alegria de Maio, lembrando com respeito e admiração os que já partiram e tiveram papel preponderante no virar dessa página negra da História do País e homenageamos todos os que hoje, passados quatro décadas, vão estar na rua, não só lembrando este pedaço maravilhoso da nossa História mas lutando denodadamente, continuando a bater-se pela concretização dos ideais de Abril, tão torpedeados ao longo dos últimos 38 anos."-----

O passado mais recente trouxe-nos angústias redobradas, basta observar os números



de algumas tristes realidades. Assim: de 1 de janeiro de 2011 a 1 de janeiro de 2014, a Figueira da Foz perdeu 2.040 postos de trabalho, passando de 3.156 desempregados a 5.196; no distrito a situação é catastrófica: no mesmo período de tempo, Coimbra apresenta 31.938 trabalhadores desempregados inscritos nos Centros de Emprego, fora as situações à margem das estatísticas oficiais pelos motivos conhecidos. No nosso Concelho voltou à moda, se é que alguma vez deixou de acontecer, o «trabalho à peça», especialmente na área da confeção têxtil. Perguntamos: onde estão os direitos sociais destas trabalhadoras (essencialmente mulheres), onde estão as obrigações sociais dos seus «empregadores» (entre aspas, mesmo). Acreditamos que a Câmara Municipal tem uma palavra a dizer sobre esse assunto que parecendo aos mais inocentes tão cândido e inofensivo, encerra grande maldade, injustiça, lesando quem trabalha e lesando o Estado, fugindo ao pagamento dos devidos impostos.-----

Tudo isto acontecendo num contexto de abaixamento da qualidade dos serviços públicos - só a título de exemplo, observemos as profundas alterações de horário de atendimento dos utentes no Centro de Saúde de Buarcos e num quadro de diminuição da população. É normal: os mais jovens e mais afoitos acabam desistindo do seu País e seguem o conselho do Senhor Primeiro Ministro - emigram; os mais receosos ou mais apegados às suas raízes ou por via de outras condicionantes, tardam a constituir família e quando a constituem tardam a ter filhos, perante a insegurança económica e o cenário pouco risonho que o País lhes apresenta. (Esta dinâmica de envelhecimento e o abandono dos mais jovens, leva a que em 7 dos 17 concelhos do distrito, o número de jovens seja menos de metade do que a população com mais de 65 anos).-----

Muito mais haveria a dizer, como todos percebemos. Fiquemo-nos hoje por esta breve análise que deixa de fora matérias muito importantes para uma próxima ocasião.-- Por um Portugal Renovado, com futuro e livre de amarras, vivamos e exercitemos os valores que Abril e Maio de 74 nos legaram."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Esta moção, embora de um modo velado, deixa transparecer uma crítica ao atual Governo, responsabilizando-o por esta perda de postos de trabalho, pela situação catastrófica do País, acusando até o Primeiro Ministro, injustamente na minha opinião, de incitar os jovens portugueses a emigrar.-----

Por outro lado, estando nós em abril de 2015, confesso ter alguma dificuldade em perceber as razões de apenas ser referido o período entre 01 de janeiro de 2011 a



01 de janeiro de 2014. Poder-se-á tratar de um mero lapso de escrita, ou, talvez seja porque a partir do início deste ano a situação do País começou a recuperar, graças ao notável desempenho, na minha modesta opinião, deste Governo, o qual no início do seu mandato encontrou um País absolutamente na bancarrota.-----
Há dias, num canal de televisão, a Ministra da Justiça recordava os seus primeiros dias de exercício de funções, e como fora informada de não haver sequer dinheiro para pagar os salários do mês.-----
Nenhum Primeiro Ministro, nem nenhum Governo gosta de cortar pensões e salários, ou aumentar impostos.-----
Para quem acredita na vitória do Partido Socialista nas próximas eleições, será uma alegria, porque em breve voltaremos a ter os salários e as pensões completos, a Taxa Social Única a descer, o Imposto sobre o Valor Acrescentado da restauração a diminuir, enfim, retornaremos ao paraíso socialista, à irresponsabilidade socialista, e muito provavelmente de novo à bancarrota. A rapaziada é a mesma de sempre, e prometerá, seguramente, um País próspero.-----
Temos de ser politicamente honestos e a honestidade política obriga à perceção da situação de bancarrota existente no País aquando do início de funções deste Governo, das mudanças positivas entretanto levadas a cabo e que, finalmente, começam a mostrar indícios de retoma económica.-----
Mas, normalmente, o Partido Socialista fica com as rosas, fazendo-me lembrar de um cartaz muito engraçado onde se lia «Pensar à grande, gastar à grande!», e depois a seguir o Partido Social Democrata arruma a casa!-----
Esta moção apela aos valores de Abril respeitados por todos. Aliás, fazendo aqui um pequeno aparte, do meu ponto de vista pessoal, festejar Abril com esta pompa e circunstância começa a vulgarizar uma data de enorme relevância.-----
Mas como dizia, como esta moção apela aos valores de abril, entendo que na sua globalidade faz algum sentido, daí a Coligação Somos Figueira não ir votar contra. Contudo, porque não deixa, ainda que de modo implícito, de tecer uma crítica ao atual Governo, injusta a meu ver, a Coligação Somos Figueira ir-se-á abster na sua votação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A Coligação Democrática Unitária tenciona dar o seu melhor para acatar as recomendações do Presidente da Assembleia Municipal, sendo concisos e não desperdiçando tempo nas suas intervenções.-----
Assim, respondendo à dúvida suscitada pelo deputado municipal José Pereira da



Costa, respondo não se tratar de um erro de escrita, simplesmente, só pude usar os dados concretos dos quais não havia a mínima incerteza, porquanto, ainda estavam a ser contabilizados os números até 31 de dezembro de 2014.-----
Alguns postos de trabalho criados em 2014, foram de alta precaridade, nomeadamente neste Concelho, e a alteração das taxas de desemprego deveu-se, como sempre se deve, mas desta vez notou-se bastante, às ocupações sazonais.-----
Agora, achei-lhe graça quando afirmou que celebrar Abril todos os anos lhe retira pompa. Temos de avisar o Governo Francês para deixar de realizar aquelas festas maravilhosas do 14 de julho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "Mais uma vez lamento o facto deste tipo de moções serem apresentadas em cima da hora, impossibilitando um maior aprofundamento das mesmas. Isto já aqui foi discutido várias vezes, mas enfim, continua-se a insistir nesta metodologia, com a qual eu discordo plenamente.-----

Todavia, tendo em conta o texto da moção, visando fundamentalmente exaltar os valores de Abril e de Maio de 1974, tecer uma crítica aos atentados feitos, atualmente, aos serviços públicos, nomeadamente ao Serviço Nacional de Saúde, e apelando a uma participação social da Câmara Municipal, o grupo municipal do Partido Socialista não poderá deixar de votá-la favoravelmente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: "Nos últimos 04 anos, pergunto a mim mesmo qual a diferença? E fiz umas anotações: aumento da dívida pública, pior educação, pior saúde, carga fiscal arrasadora, destruição do emprego em substituição de emprego precário. Mas, há uma grande diferença, há 04 anos o Banco Central Europeu aumentava taxas, neste momento, tem as taxas reduzidas e compra dívida!"-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Ana Raquel Correia, João Paulo Pinto, Fernanda Marques Lorigo, e Susana Oliveira Monteiro, da Coligação Somos Figueira Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, e Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, deliberou por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, onze abstenções dos membros da Coligação Somos Figueira, e sem votos contra, aprovar a moção subscrita pela Coligação Democrática Unitária apelando aos valores que Abril e Maio de 1974 nos legaram.-----



Deliberação aprovada em minuta.-----

B - ESTADO DEGRADADO DOS PAVIMENTOS NO CONCELHO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Irei fazer alguns reparos, uns repetidos por mais de uma vez mas até hoje sem resposta, e outros, que já obtiveram resposta mas sobre os quais irei insistir.-----

Acredito não obter o consenso em todas estas matérias, mas em alguns assuntos os deputados municipais estarão certamente de acordo com a Coligação Democrática Unitária, até porque a respeito de alguns deles houve compromissos.-----

Ainda ontem, por motivos pessoais, dei uma volta algo longa pelo Concelho e os pisos de grande parte dos acessos às freguesias e no interior das mesmas, além do seu desagradável aspeto, são portadores de alguma perigosidade. Este é um assunto recorrente, mas sempre convém insistir no seu urgente arranjo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Está em curso um projeto de intervenção de pavimentação, e como já tenho dito várias vezes, foram estabelecidas prioridades. Assim, dá-se preferência às empreitadas objeto de financiamentos aprovados, depois aos troços mais degradados, e finalmente aos restantes.-----

Para já, executaram-se várias obras de fundo, realçando-se a ligação do troço dorsal das freguesias a Sul, nomeadamente com a ligação de Marinha das Ondas à freguesia de São Pedro, e também múltiplas intervenções pontuais.-----

Desconheço qual o troço em concreto, referido pela deputada municipal, mas estou sempre recetivo às vossas indicações e alertas, pese embora, os serviços municipais tenham efetuado um levantamento exaustivo de todas as estradas de ligação do Concelho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Um agradecimento ao Presidente da Câmara por nos ouvir atentamente, e um aparte só para referir que a viagem foi pelas freguesias do Norte, designadamente, por Ferreira-a-Nova e Santana."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

C - CRUZEIRO EM FRENTE AO EDIFÍCIO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS -

RECOLOCAÇÃO DA PLACA EXISTENTE NO LOCAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "No Cruzeiro em frente aos Bombeiros Voluntários, denominado por algumas pessoas «Cemitério dos Ingleses», e por outras «Cemitério



dos Franceses», homenageando as pessoas vitimadas pelo tifo após as invasões francesas, existia uma placa alusiva dessa efeméride que, entretanto, desapareceu. A Coligação Democrática Unitária reitera o pedido de reposição desta placa identificativa perante a população da Figueira da Foz do que é aquele Cruzeiro, para o que serve, e o que lembra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Relativamente à placa do «Cemitério dos Ingleses», que não é «Cemitério dos Ingleses», mas um Cruzeiro alusivo à Peste, no âmbito do Projeto 13 da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego, encontra-se em curso uma candidatura para o financiamento da conceção de todas as placas comemorativas, onde obviamente esta está incluída. Quando o financiamento for disponibilizado as placas serão colocadas por todo o Concelho.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D – ROTUNDA NELSON MANDELA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “No

Este assunto já aqui foi falado em sede de Assembleia Municipal, obteve uma explicação, mas a Coligação Democrática Unitária entende insistir no mesmo, por o considerar relevante.-----

Trata-se da Rotunda Nelson Mandela. Recordo os esclarecimentos do executivo municipal quando a Coligação Democrática Unitária sugeriu a inscrição, na parede quase em frente à Rotunda, de um texto curto, mas explícito, sobre esta figura ímpar da História do século XX, o seu carisma, coragem, perseverança, a par de uma humanidade também ela dificilmente reproduzível em situações tão extremas, como as vividas por este grande homem.-----

O facto de alguns, ainda que em número razoável, terem escutado a biografia de Mandela, tal não substituirá nunca o texto escrito na pedra, porque este é duradouro, resiste a ataques, e é visível permanentemente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Em relação à Rotunda Nelson Mandela existe já o esboço de uma escultura para ser implantada no local. Não terá a interpretação alusiva proposta pela deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, mas a nível de mensagem tem uma comunicação, na perspetiva dos Vereadores executivos da Câmara Municipal, bastante mais impressiva, onde ficará claro ser aquele um espaço dedicado a Nelson Mandela, ou pelo menos, de homenagem à memória de Nelson Mandela.”-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - ESPAÇO NA RUA CRISTINA TORRES ONDE ERA PARA SER CONSTRUÍDO O MERCADO MUNICIPAL
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Falarei sobre o «buraco», batizemo-lo deste modo, resultante do que seria o ex-novo Mercado Municipal nos tempos do falecido Eng.º Aguiar de Carvalho.-----

A obra arrancou, previa parqueamentos no subsolo, e hoje apenas vemos ali uma amálgama de ferros retorcidos, um enorme charco de água inquinada, cuja profundidade se desconhece, e uma vedação de chapas metálicas, elas próprias muito perigosas.-----

De vez em quando, lá se desprende uma das chapas, especialmente em dias de mau tempo, e felizmente até à hora, não apanhou nada nem ninguém no seu voo.

Por outro lado, há uma extensão já considerável da obra sem qualquer tipo de vedação, permitindo o fácil acesso ao interior do terreno. Tudo isto na proximidade de duas escolas com populações pré adolescentes e adolescentes, sempre curiosas e dispostas a uma aventura.-----

A Coligação Democrática Unitária teme que algo de mal possa vir a acontecer neste espaço, considerando hiper urgente que venham a ser acauteladas todas as hipóteses de perigo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O espaço em causa é propriedade privada, havendo apenas uma pequena área, na parte de cima, propriedade do Município da Figueira da Foz.-----

Como sabem, e podem apreciar no âmbito do Relatório de Gestão das Contas da Câmara Municipal agendado para discussão e aprovação nesta Assembleia Municipal, existe um contencioso a correr termos em Tribunal, entre a Habiserve e o Município da Figueira da Foz, na sequência de uma situação de não cumprimento de um contrato-promessa estabelecido em 1985.-----

Portanto, o espaço é privado, contudo registamos o alerta, pois não obstante ser privado não deixa de estar obrigado à manutenção das regras mínimas de segurança. Se se vier a verificar que as zonas de proteção estão devassadas, será intimado o proprietário para a colocação das mesmas, podendo a Câmara substituir-se àquele, no limite."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Quanto ao «buraco» onde era para ser construído o Mercado, o Presidente da Câmara diz-nos ser propriedade privada. A Coligação Democrática



Unitária não aceita que o perigo se mantenha pelo facto de estar assinalado em propriedade privada. Então, intime-se o proprietário a instalar vedações para evitar colocar em risco pessoas e bens.-----

Se um destes dias uma das placas aterra em cima de um automóvel, eu gostaria de saber quem paga o prejuízo? E, se um destes dias mais ameno e bonito uma criança entra lá dentro (porque é muito fácil lá entrar, eu própria já o fiz), cai naquele charco e se afoga, eu quero saber quem constrói uma criança igual àquela para satisfazer a perda dos pais?-----

A Coligação Democrática Unitária não aceita que as coisas fiquem descuidados só pelo facto de serem privadas.-----

Tenho andado à procura de um animal doméstico que me desapareceu, e há dias atrás vi um gato morto, parecido com o meu. Confesso ter tido alguma dificuldade em conseguir que os Serviços de Higiene fossem ao local retirar o bicho morto. Até constituía um perigo para a saúde pública, em plena época de Páscoa e com cachopos ali a brincar, e muito agradeço ao Vice-Presidente ter resolvido a situação.----

O argumento era não se poder ir buscar o gato morto porque a propriedade era privada, e isto para mim não faz qualquer sentido!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - ESTUDO DENOMINADO «TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS NO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ - PASSADO, PRESENTE E FUTURO»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Saúdo o regresso do Presidente da Câmara da sua viagem à China. Do Professor Oliveira Salazar dizia-se que não saía de Portugal porque podiam descobrir que ele não fazia falta. Contextualizando, obviamente esse não é o caso do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

O Presidente da Câmara deslocou-se à China, mas na sua ausência fizeram-lhe uma maldade.-----

Não sei se uma coisa está relacionada com a outra, mas gostaria nesta sessão de trazer ao debate um estudo chamado «Tendências Demográficas no Município da Figueira da Foz - Passado, Presente e Futuro», para colocar três questões, do meu ponto de vista importantes.-----

Assim, em primeiro lugar, perguntaria quem fez o estudo, e qual é o seu grau de confiabilidade? Não me estou a referir aos dados pois todos sabemos advirem do Instituto Nacional de Estatística (e quem sou eu para os colocar em causa...), mas às razões subjacentes à escolha de uma empresa de Coimbra para a execução deste



trabalho. Não há aqui nenhuma quintinha a preservar, todavia, não haveria na Figueira da Foz uma empresa capaz de tratar os dados do Instituto Nacional de Estatística?-----

Da leitura do texto, e eu li-o com atenção, nota-se claramente que o autor do estudo percebe muito pouco da Figueira da Foz e desconhece os acontecimentos nos últimos 40/50 anos. Por exemplo, não existe a mínima referência ao considerável movimento migratório ocorrido na década de 70, correspondente à vinda de centenas e centenas de pessoas das ex-colónias.-----

Parece-me pertinente questionar como poderemos confiar na Primelayer, cujo site apresenta erros ortográficos e não existem vírgulas na forma como apresenta o seu trabalho? E também seria importante saber quais os danos causados pela apresentação pública deste estudo, precisamente na altura em que o Presidente da Câmara Municipal se encontrava na China a captar investimento? Como é possível expectar-se investimento por parte dos empresários, quando o estudo afirma que o Concelho irá perder 8.500 pessoas nos próximos anos? Este estudo foi avaliado?-----

Isto é estratégico? Como foi possível isto acontecer? Isto é a mesma coisa que colocar um elefante numa loja de porcelanas! No meu entender, não se brinca com estas questões.-----

Há aqui alguma estratégia ou consonância no facto do estudo, patrocinado pelo próprio Município, ter sido tornado público quando o Presidente das Câmara estava na China a tentar captar investimentos, ou quem sabe, também a aprender como se pode aumentar a população?-----

Por ultimo, a Câmara Municipal não é um instituto ou uma universidade, por isso não pode simplesmente divulgar o estudo. Tal como foi dito aqui há alguns meses atrás, quando se discutiu o suposto Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz, ao qual a Coligação Somos Figueira se opôs não por tática político-partidária, mas pura e simplesmente por entender não existir qualquer estratégia no documento em causa, a Câmara Municipal pretendia que a Figueira da Foz se tornasse um território sustentável do Atlântico.-----

Como foi possível divulgar um estudo destes sem dizer mais nada? Qual é a estratégia? Quais são as políticas? O documento tem duas ou três notas, para mim, meras chamadas de atenção, nada mais!-----

Quem executou este estudo que nada tem de científico? Qualquer aprendiz de investigador colocaria «para canto» este estudo, pois trata-se de um documento que se baseia em duas únicas variáveis - os nascimentos e as mortes.-----



Quais os danos causados ao Concelho da Figueira da Foz, agora e no futuro?-----
Quais serão as estratégias e as políticas da Câmara Municipal da Figueira da Foz para se tornar de facto um território sustentável do Atlântico?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "No âmbito da elaboração de um Plano Diretor Municipal é necessário realizar um estudo sobre as tendências demográficas, servindo esses dados para a elaboração da Carta Educativa.-----

Se me perguntar se eu gosto do estudo, respondo não, mas não posso distorcer a realidade, quanto muito deverei tentar contrariar as tendências.-----

O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz é um instrumento para contrariar essa tendência, que não pode ser considerada dramática no quadro nacional. Se eu lhe der sinais da Região, a Figueira da Foz até está relativamente confortável. Os dados do último Censo mostram uma diminuição pouco sensível de 0,01%, salvo erro, perdemos 500/600 habitantes.-----

Não sou grande fã de consultorias, aliás não gosto nada, mas o Município é obrigado a recorrer a elas, sob pena de não verem aceites os seus planos diretores. No fundo, este estudo da Primelayer traduz-se numa certificação da idoneidade dos factos por nós conhecidos, indo ao encontro dos dados do Instituto Nacional de Estatística, e não carregando nada de novo ao processo.-----

Subsistem no país problemas dramáticos, e todos sabemos, por exemplo, ser uma tendência, no ano de 2025, mais de 40% da população ir viver na área urbana de Lisboa.-----

O desafio fica lançado na execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz, reconhecido e aceite por terceiros, de uma forma relativamente imparcial, quando se apreciaram as formas de afirmação do território. Este Plano acolheu a satisfação dos peritos convidados, na altura o Professor Marques da Silva e posteriormente, o Professor António Paraíso.-----

Não houve traição. Não fui à China vender nada, não sou um homem de negócios, fui promover territórios, mostrar o País, tive o privilégio de fazer uma intervenção de 08 minutos junto dos maiores dignitários mundiais, para promover o País e a Figueira da Foz.-----

O resto virá por acréscimo, com alguns contactos estabelecidos, os quais, do meu ponto de vista, poderão permitir combater esta tendência.-----

Agora, o estudo em si próprio teria de ser inevitavelmente efetuado. Cabe-nos a nós todos, até porque isto é uma tendência para 15 anos e eu seguramente não



estarei aqui esse período de tempo, iniciar e continuar o combate a esta tendência.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Gomes Lopes.-----

JOÃO GOMES LOPES: “Concordo ser uma realidade o decréscimo da população em Portugal, mas fiquei deveras preocupado com a entrevista concedida a um órgão de comunicação social pelo Vice-Presidente a respeito deste estudo.-----

Nessa conversa, o Vice-Presidente referiu que esta situação é um problema nacional e europeu e terão de ser implementadas estratégias nacionais e europeias para o reverter. Sobre a adoção de medidas para a fixação de pessoas e a natalidade, afirmou ainda não estar aferido o seu impacto, acrescentando ainda que nos países nórdicos uma das medidas adotadas foi a dilação dos prazos das licenças para os pais acompanharem os filhos menores. Do seu ponto de vista, dar 500 ou 1.000 euros a quem tenha um filho, não resolverá a situação, pois os pais querem um emprego seguro, e hoje em dia, não os há. E concluiu dizendo que, talvez um dia, os figueirenses, após a sua reforma, pretendam regressar à sua cidade natal.-----

Fiquei duplamente preocupado com estas afirmações, em primeiro lugar pelo facto em si mesmo, e depois pelo comentário do executivo municipal a esta situação, na pessoa do seu Vice-Presidente.-----

Não querendo apresentar qualquer proposta, porquanto a Coligação Somos Figueira junto do órgão Câmara Municipal já propôs algumas medidas cujo objetivo era a fixação de pessoas no Concelho, limito-me a manifestar ao Vice-Presidente a minha total discordância com as suas palavras.-----

Permitir-me-ia dar a conhecer nesta Assembleia Municipal dois ou três exemplos de como hoje os Municípios assumem estes problemas enquanto seus, e tentam encontrar soluções para os mesmos.-----

Falarei de um artigo publicado em 27 de março de 2015, sobre a Câmara Municipal de Idanha a Nova, sob o tema «Recomeçar em Idanha». Este é o mote da campanha apresentada pelo Município de Idanha-a-Nova com o principal objetivo de promover e fixar pessoas no Concelho. O Programa está dividido em quatro grandes eixos, o Idanha Green Valley associando a inovação à ruralidade, Idanha Experimenta possibilitando oportunidades de experiência da vida rural, Idanha Vive criando condições especiais para quem pretende viver naquele território, e Idanha Made In apoiando as produções locais. Estão até ao momento nomeados 40 colaboradores para colocar em prática esta estratégia.-----

Já o Município de Monchique criou apoios até 10.000 euros para os jovens se fixarem no Concelho. Para comprar casa ou recuperar uma habitação para se fixarem no



Concelho de Monchique, os jovens podem, a partir deste mês, candidatar-se a um apoio concedido pela Câmara Municipal que pode ascender aos 15.000 euros. Os incentivos municipais destinados a pessoas até 40 anos, residentes ou que pretendam fixar-se neste Concelho da Serra Algarvia, abrangem a aquisição, construção, recuperação, conservação, ou ampliação de habitações dentro e fora do aglomerado urbano.-----

Por fim, os Concelhos do interior têm vindo a incentivar a fixação de pessoas e empresas. Vários Municípios do interior multiplicam esforços para atrair e fixar população. Por exemplo, na região de Viseu estão a ser concedidos incentivos para criação de empresas, neles se incluindo a oferta de terrenos, construção de instalações e isenção de taxas municipais. Cinfães, Sernancelhe e Tondela são um exemplo de Concelhos do interior que podem ser vistos como oportunidades de negócio.-----

Sentados no sofá nunca iremos atrair pessoas para o Concelho da Figueira da Foz. Somos um Concelho com qualidade de vida, onde temos boa educação, bons serviços de saúde e segurança, localizado no litoral, com praia, mar, serra, rio, espaços verdes, e estamos a respirar o Portugal 2020, com centenas de candidaturas às quais os Municípios e a administração pública se podem candidatar, ou seja, vivemos um período em que temos em marcha centenas de oportunidades de desenvolvimento. - Pergunto ao executivo municipal o que se propõe fazer para fixar pessoas no Concelho, para aqui estabelecer os nossos filhos, para estimular a mentalidade de todos tendo em vista esta captação de pessoas na Figueira da Foz? Como pretende atrair investimento?-----

Porque, efetivamente, se as pessoas não se estabelecerem no Concelho, prevejo um futuro com muitas dificuldades!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Escutei com atenção o deputado municipal João Gomes Lopes e percebi o seu entusiasmo. A Figueira da Foz não é uma ilha num país chamado Portugal.-----

Por acaso, não referiu o exemplo do Concelho de Vila de Rei, que muito barafustou, lutou, gastou dinheiro e investiu, importando, permitam-me a expressão, cidadãos de outro país, no caso do Brasil. Atualmente, só restou um casal e todos os outros se foram embora.-----

Percebo a ânsia desse Concelho, igual à de tantos outros do interior, em quererem segurar e captar novos residentes, porque tem havido uma sangria de população.



Para além do problema do envelhecimento, hoje também já não se verifica o regresso à terra natal de muitas pessoas que trabalhavam nas grandes urbes e entretanto se reformavam, muitas vezes devido à precaridade das suas pensões e ao prolongamento da vida ativa.-----

A Figueira da Foz, principalmente nos últimos tempos, tem mostrado alguma pro-atividade, senão vejamos a excelente relação entre a Câmara Municipal e a Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, as deslocações ao Concelho de Embaixadores e Embaixatrizes, dignitários que podem dar impulso aos investidores dos seus países para apostarem na Figueira da Foz.-----

O Concelho da Figueira da Foz precisa de investimento e de criação de postos de trabalho. A Câmara Municipal não tem estado parada. Qual será o nosso papel para ajudar neste processo? Será divulgar a nossa terra, mostrando o que ela tem de bom. Este processo não se «alimenta» só da praia e da serra, mas também das acessibilidades, do Porto da Figueira da Foz, etc.-----

Não é só pagar, o pagar teve o seu tempo. Temos de criar meios para as pessoas se estabelecerem permanentemente, e isso passa, essencialmente, pelas condições de trabalho. Para quê pagar para se ter filhos, e depois essas crianças não terem no Plano Nacional de Vacinação determinado tipo de vacinas que custam 100/200 euros, e os pais não os conseguem pagar, e as creches serem caras.-----

Não é só pagar para nascer, é imprescindível haver condições para crescer. Na sua intervenção, deputado João Gomes Lopes, percebi algumas críticas menos justas, face ao trabalho desenvolvido pelo Município da Figueira da Foz.-----

Quanto à entrevista do Vice-Presidente publicada na comunicação social, as suas afirmações traduzem-se nos factos constatados por toda a gente, o envelhecimento da população verifica-se em toda a Europa, não só em Portugal. Também já passou o tempo de se ter muitos filhos, e antigamente, isso até era conectado com territórios pouco desenvolvidos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Em meu entender, ficou mais ou menos claro que a Câmara Municipal da Figueira da Foz não tem qualquer estratégia para atrair população ao Concelho.-----

Na página 27 deste documento diz-se assim «... Reconhecendo a necessidade de inverter esta tendência demográfica urge definir políticas públicas ativas no que diz respeito à evolução da população residente, sendo claro que as políticas públicas sociais tenderão a ter mais peso nas estratégias de desenvolvimento dos territórios



do futuro...»-----

A Coligação Somos Figueira promete voltar a este assunto na próxima Assembleia Municipal, para perceber se entretanto alguma coisa foi feita.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: “Na altura do Natal, é usual, pelo menos no meio onde vivo, organizarem-se uns jantares, trocarem-se umas prendinhas, e no último Natal notei a falta de muita gente. Via Facebook, lá fui recebendo também algumas fotografias e cheguei a uma conclusão. Neste momento, se calhar mais na minha geração, há mais famílias no Luxemburgo, Suíça ou Inglaterra do que propriamente cá.-----

E isto aconteceu nos últimos 03/04 anos. E quem um dia disse «emigrem», com a total destruição do emprego, é o mesmo que hoje vai oferecer os «vales» de regresso.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco quis concluir por mim. Agradeço o esforço mas as suas conclusões estão erradas.-----

Eu afirmei precisamente o contrário. O executivo municipal tem uma estratégia de crescimento para tentar consolidar e até cativar mais pessoas. E julgo que o vamos conseguir. Eu não resolvo os problemas todos do mundo tal como lhe disse. Desejo deixar instrumentos de crescimento e desenvolvimento. E o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz aposta precisamente nesse grande objetivo, que o preocupa a si e a todos nós.-----

Este é um problema de ordem nacional, temos uma taxa de natalidade de 1,2, somos o sexto país mais envelhecido do mundo, e não o conseguimos resolver a nível nacional.-----

E a estratégia ultimamente seguida, nada abona. As políticas públicas desenvolvidas por este Governo, em função de um grande esforço de convergência financeira e de combate ao défice, não ajudam. Pelo contrário, este Governo tem desativado políticas de crescimento de natalidade, por um lado ao abandonar as políticas sociais, e por outro lado, ao estimular também a emigração de quadros jovens.---

Todos os Municípios nomeados, Monchique, Idanha-a-Nova, Cinfães, Sernancelhe e Tondela, eu aqui ressalvo Tondela, têm seguramente um decréscimo de 50% da população nos últimos 15 anos, e os outros Concelhos referidos, se consultarem o iPad, verificarão que acompanham, mais ou menos, a mesma tendência.-----

Tornar isto um caso, é desastroso. Apontar o nosso Concelho como um dos que



engrossa essa lista de decréscimo populacional, é desastroso.-----
Se analisarem os dados relativos ao Concelho da Figueira da Foz a tendência de diminuição é muito pouco sensível, houve um ligeiro aumento na década de 60/70, e depois um ligeiro decréscimo, mas nada de alarmante.-----

Em minha opinião, esta é uma tendência perfeitamente reversível, o nosso Concelho está relativamente estabilizado e com tendência a subir. Combater a previsão de diminuição de 8.500 pessoas está perfeitamente ao nosso alcance. Infelizmente, não estará ao alcance de Idanha-a-Nova, Sernancelhe, Monchique, por falta de potencial. Dado terem sido postas em causa declarações do Vice-Presidente, pediria ao Presidente da Assembleia Municipal que lhe desse a palavra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador António Tavares.-----

VEREADOR ANTÓNIO TAVARES: “Nunca foi minha intenção criar quaisquer embaraços a quem quer que fosse, com o meu comentário aos órgãos de comunicação social sobre este estudo.-----

Evidentemente, este problema não é fácil, é uma das grandes questões da nossa geração, e também um dos grandes problemas com que a nossa civilização se irá debater nas próximas décadas. Não é um problema de uma região, de um país, é o problema de um Continente envelhecido, e cada vez com menos respostas sociais e económicas para oferecer aos cidadãos.-----

E eu acredito não ser com medidas avulsas, nem com medidas meramente eleitoralistas que se pode atingir o desiderato pretendido. Não há qualquer estudo de avaliação ou de monitorização feito à maior parte dos pequenos programas implementados em alguns pequenos Concelhos do país. Não sabemos quais são os resultados.-----

O deputado municipal João Filipe Carronda trouxe aqui alguns resultados conhecidos, citando o de Vila de Rei onde importaram 50 casais e neste momento só lá têm 01. Dar pequenas pensões aos pais quando as crianças nascem, dar cheques para compra de fraldas e para amamentação, etc., julgo não ser por aí o caminho para a solução do problema.-----

O Município da Figueira da Foz tem melhorado a educação, os cuidados de saúde, utilizando programas motivando os nossos jovens a ficarem no Concelho, e creio ser pela oferta de serviços de qualidade que se conseguirá efetivamente captar não só novas pessoas, mas fazer com as que aqui já vivem se sintam bem e fiquem.-----

Realço, por exemplo, na área da educação, os níveis de excecionalidade atingidos, graças ao grande trabalho feito pelos nossos agrupamentos e pelos nossos professores. Hoje mesmo, dois agrupamentos do nosso Concelho estão a receber



prémios de mérito institucional da parte do Ministério da Educação, e no ano passado, uma escola deste Concelho também foi agraciada com um prémio semelhante. Temos, na Figueira da Foz, uma educação de altíssima qualidade. Há pais que se mudaram para o Concelho porque temos oferta de educação especial, inexistente em muitos outros. Cito, a título de exemplo, a Unidade de Autismo na Escola Infante D. Pedro.-----

Tem-se apoiado salas Snoezelen em mais de um agrupamento, justamente para confortar os pais quando têm problemas com os seus filhos em matéria de educação especial. Todo o apoio dado a este nível visa prestar serviços de qualidade e fazer as pessoas acreditar que a vida aqui pode ser boa, e isto poderá ser um incentivo para aqui permanecerem.-----

90% das crianças, a frequentar o pré-escolar e o 1.º Ciclo, estão inscritas em prolongamento de horário. Faz-se a atribuição dos livros e do material escolar, e asseguram-se os transportes escolares até para as crianças com necessidades especiais. Implementou-se o Programa EPIS (Empresários pela Inclusão Social), há voluntários a trabalhar no Espaço Jovem a fazer sessões com as crianças no sentido da sua recuperação escolar, etc.-----

Eu acredito nisto. Porém, em minha opinião, todas estas ações e apoios devem ser bem divulgados, por forma a podermos utilizar todo este argumentário como um conjunto de condições que o Concelho da Figueira da Foz tem para as pessoas cá permanecerem, e para atrair pessoas de fora a fixarem-se na Figueira da Foz.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “No dia a dia apenas leio os títulos de primeira página dos jornais, depois há alguém aqui da Câmara que tem a amabilidade de enviar a mim e aos outros deputados municipais as notícias da Figueira da Foz digitalizadas.--- Não sei de quem é a responsabilidade, mas neste assunto algo correu mal.-----

Todos sabemos das dificuldades, todos percebemos ser esta uma realidade comum a outras cidades, a outras localidades, a outras regiões, mas correu muito mal a maneira solta como apareceu esta notícia pouco simpática para a Figueira da Foz. Surge isoladamente, referindo-se apenas à Figueira da Foz, sem qualquer explicação ou introdução prévia, enfim, caída do céu.-----

Argumentou o Presidente da Câmara e bem, é obrigatório elaborar este estudo. De facto, só quando li a notícia desagradável e antipática para todos, fui apurar as razões pelas quais ela tinha surgido.-----

Correu mal a reação do Vice-Presidente da Câmara. Se tivesse reagido ao jornalista



da mesma forma como o fez agora nesta sala, teria sido bem mais positivo. Porque salvo melhor opinião, a reação do Vice-Presidente foi um bocadinho derrotista, tentando passar a bola para o país e para a Europa, o que não deixa de ser verdade. Está visto, o Presidente da Câmara faz alguma falta na cidade e na própria Câmara.”

G – VOTO DE LOUVOR AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DA ZONA URBANA DA FIGUEIRA DA FOZ E FIGUEIRA MAR, E ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º CICLO DR. JOAQUIM DE CARVALHO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “Anualmente o Ministério da Educação e Ciência atribui Prémios Escola Mérito Institucional a escolas de diversas regiões do país, com o objetivo de reconhecer a excelência das diferentes escolas do país, públicas e privadas, que no ano letivo transato tenham promovido de forma meritória todas ou a maior parte das seguintes missões da escola:-----

- 1 - sucesso dos alunos;-----
- 2 - a qualidade da aprendizagem;-----
- 3 - o desenvolvimento do ensino experimental das ciências;-----
- 4 - a criatividade aplicada nas ciências sociais;-----
- 5 - a difusão e fortalecimento do interesse pelas artes;-----
- 6 - o desenvolvimento de projetos relevantes;-----
- 7 - a existência de um plano interno de formação;-----
- 8 - a colaboração com a comunidade educativa;-----
- 9 - a participação ativa dos encarregados de educação;-----
- 10 - a integração e a formação de novos professores;
- 11 - a difusão de boas práticas educativas.-----

Na Região Centro, no ano de 2012/2013, o prémio foi atribuído à Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Joaquim de Carvalho, da Figueira da Foz. No ano de 2013/2014, o prémio foi atribuído ao Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz e ao Agrupamento de Escolas Figueira Mar, também da Figueira da Foz.-----

Assim, como forma de reconhecer a educação de excelência que se ministra nas escolas premiadas e como reconhecimento da educação de excelência que se ministra no Concelho da Figueira da Foz, a Coligação Somos Figueira propõe um voto de louvor como reconhecimento do trabalho desenvolvido nas escolas dos referidos Agrupamentos e na Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, destacando o trabalho de excelência desenvolvido pelos docentes daquelas escolas.”-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Isabel Guardão Tavares e Manuel Silva Caiano, e do Bloco de



Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, deliberou, por unanimidade, aprovar um Voto de Louvor aos Agrupamentos de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz e da Figueira Mar, e Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Joaquim de Carvalho, como forma de reconhecer a educação de excelência ministrada na Figueira da Foz, e sublinhar o trabalho meritório desenvolvido pelos docentes daquelas escolas, que culminou com a atribuição do Prémio Escola Mérito Institucional.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

H – ATRACAGEM DE BARCOS DE CRUZEIRO AO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAR SOUSA: "É com muita expectativa que temos recebido notícias de atracagem de barcos de cruzeiro no nosso porto. A concretização desta situação seria um fator decisivo para o bem do turismo local e da inserção da nossa cidade das rotas turísticas de referência. No entanto, consideramos que, perante este cenário, deveriam ser tomadas medidas urgentes, por forma a rentabilizar a passagem de centenas de turistas, com poder de compra, ao longo do ano, pela Figueira da Foz.-----

Aventa-se a hipótese de fazer obras estruturantes no porto e na barra da Figueira, a fim de possibilitar a entrada deste tipo de navios de maior dimensão. Esta obra de carácter estruturante e que envolveria um volume de capital e de esforço enormes, implicaria que tivéssemos a habilidade, enquanto cidade e sede de concelho, de colher dividendos em áreas fulcrais como o nosso comércio e o nosso turismo e património.-----

É do conhecimento público que os turistas que têm chegado à nossa cidade em navios de cruzeiro têm sido, de imediato, encaminhados para cidades circunvizinhas, alimentando assim a sua riqueza.-----

Se continuarmos com esta prática, perderemos a oportunidade de dar a conhecer a nossa cidade, os seus monumentos históricos e naturais, os seus edifícios de cultura e de lazer.-----

Tem de haver uma política concreta de turismo na nossa cidade, a fim de podermos tirar partido da vinda de um leque maior de turistas, acolhendo-os com toda a dignidade e mostrando o que temos de melhor, para que no futuro, pela fama da palavra e da imagem, muitos outros possam continuar a manter o interesse pelas belezas da Figueira da Foz.-----

Refiro ainda que, ainda hoje, li num jornal regional que irá chegar brevemente um barco de cruzeiro à nossa cidade e que os turistas serão levados a visitar o Museu



Machado de Castro em Coimbra. Pergunto se não faria mais sentido encaminhar esses visitantes para o nosso Museu Municipal, que é considerado um museu fantástico.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Subscribo a intervenção da deputada municipal Isabel Gaspar Sousa, com uma ligeira correção. Temos, pelo menos, dois ou três museus muito bons na Figueira da Foz, o Museu Municipal Dr. Santos Rocha, o Museu do Sal que aliás bate todos os recordes de visitantes, e o Museu do Mar em Buarcos.-----

Mas, uma vez mais, eu chamo a atenção do executivo municipal para o facto de tudo isto precisar de ser complementado, integrando em rotas turísticas o Mundo das Marés, a Capela Octogonal de Seiça, a Arte Xávega, e principalmente, o Núcleo Museológico nos Armazéns, que nos fala da participação heroica dos Lavoenses aquando das Guerras Peninsulares.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAR SOUSA: “Eu de facto falei no Museu da cidade de uma forma genérica, porque todos eles, no fundo, estão ligados ao mesmo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Promove-se a imagem da nossa cidade, mostrando o que tem de bonito e de bom. Nessa perspetiva, parece incompreensível um cruzeiro aportar ao Porto da Figueira da Foz, com cerca de 200 pessoas a bordo, que depois se deslocam perto de 50 Km para ir visitar um Museu.-----

Importará saber a finalidade dos turistas a bordo do cruzeiro. Porque, de facto, a Figueira da Foz tem excelentes motivos para proporcionar um desembarque e um passeio por terra. A gastronomia, a hotelaria, o Bairro Novo, o Casino, o Palácio Sotto Mayor, etc., seriam razões atrativas para uma estadia.-----

Ficará aqui o desafio à Câmara Municipal de saber se quem promove estas viagens desconhece as ofertas turísticas da Figueira da Foz, ou se há um interesse específico na deslocação a um determinado local, contra o qual a cidade não poderá competir.-----

A forma como a notícia vem a lume, faz-nos questionar se a Figueira da Foz não tem uma oferta suficiente apelativa para que estes turistas cá fiquem, pelo menos, um dia.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “De facto, é preciso saber que tipo de pessoas viajam nesses cruzeiros. São milionários, antigos heróis do serviço militar, atores de cinema, conhecedoras do melhor que há no mundo.-----



Há uns anos, no âmbito da minha atividade profissional como agente de navegação, tive o prazer de dar entrada no Porto da Figueira da Foz do navio cruzeiro Renaissance Two.-----

Mal se falou em aportarem ao Porto da Figueira da Foz, demos-lhe nota de todos os motivos de interesse no Concelho, e foram absolutamente descartados. Apenas quiseram visitar a Universidade de Coimbra, reconhecida a nível internacional, e o Palácio Sotto Mayor, tendo participado num beberete oferecido pelo Casino.----
E mais não poderíamos oferecer na Figueira da Foz ao tipo de passageiros que viajam em Paquetes desta índole."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Pessoalmente, a visão da deputada municipal Isabel Guardão Tavares parece-me algo exagerada.-----

Este ano, eu Silvina Queiroz pensei fazer um cruzeiro. Já não vou concretizá-lo porque entretanto alterei os meus planos. Mas, não sou milionária, nem para lá caminho. Se bem consultarem as revistas das agências turísticas encontrarão cruzeiros bem interessantes a um preço irrisório, em relação à qualidade da oferta. Todavia, não pedi a palavra para contestar a opinião manifestada pela minha amiga Isabel Guardão Tavares.-----

Não são assim tantas as agências promotoras de cruzeiros, e esta situação acontece porque a cidade não tem sido suficientemente «vendida» lá fora. Vale a pena a publicação de uma brochura interessante por parte do Município da Figueira da Foz, dirigida não só às feiras de turismo, eventos ocasionais e passa por lá quem passa, mas também às companhias nomeadamente promotoras de cruzeiros.-----

Não faço a mínima intenção de ir ver o barco do cruzeiro, mas quem sabe, se vier tomar um café e ele ainda estiver atracado, se calhar até olho para não morrer estúpida.-----

Mas, no meu ponto de vista, faz falta «vender» a imagem da cidade e o que a cidade e o seu Concelho têm para oferecer. E tem realmente muito para oferecer. Quanto às pessoas que integram o cruzeiro, interessar-se-ão ou não pelo Museu, mas isso também acontece nas nossas «excursõeszinhas» domésticas, onde quando se chega a determinado sítio, uns vão para o museu, outros visitam uma igreja, e outros dirigem-se rapidamente para o centro comercial."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "A Figueira da Foz não tem nada para oferecer a esses turistas, que outros milhares de cidades não tenham de mais interessante, acho e



tenho a certeza disso. Só se for os figueirenses ou os figueirinhas, estes últimos uma espécie em vias de extinção, e quem sabe, seja interessante visitar. Estes turistas já viram tudo o que há de melhor nas outras cidades. A Figueira da Foz tem de mostrar algo inédito em relação aos outros locais.-----

E insisto novamente, a Figueira da Foz tem de apostar no Sal, na Arte Xávega, na Quinta do Canal, nas plantações de arroz, nos moinhos de água e de vento de Moinhos da Gândara e de Borda da Campo. E desculpe-me lá deputada Isabel Guardão Tavares, eu não sei se quando mandaram o tal e-mail apontaram a estas referências.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAR SOUSA: “Considero um bocado redutor dizer-se que quem faz viagens de cruzeiro são os milionários ou multimilionários. Esse tipo de viagens democratizaram-se, e hoje em dia, a classe média também faz cruzeiros.-----

E a razão de terem descartado a hipótese de visitar determinados sítios e monumentos da Figueira da Foz, deve-se ao facto de não terem «vendido» bem o que se pretendia. Hoje não o referi, mas já o fiz noutras sessões deste órgão, não sinto qualquer política de turismo na Figueira da Foz, e há monumentos interessantíssimos fora da cidade para visitar!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “Desconheço se este pacote tem as mesmas características do Renaissance Two. Aliás, se consultarem o Diário de Coimbra dos anos 90, a palavra «milionários» é utilizada para adjectivar os seus passageiros. Na altura, tiveram uma receção extraordinária por parte do Turismo, com a atuação de Ranchos Folclóricos de Lavos. Eram pessoas idosas, com algumas dificuldades para visitar determinados locais. Deslocaram-se à Universidade de Coimbra. Chegaram de manhã e foram-se embora à tardinha.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I – MOÇÃO SOBRE A EXPOSIÇÃO DO FOTOJORNALISTA PEDRO CRUZ «ALERTA COSTEIRO 14/15»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: “Tenho dois assuntos completamente distintos para tratar. - O meu primeiro assunto prende-se com uma Moção a ser votada por esta Assembleia Municipal do seguinte teor:-----

«No passado mês de Fevereiro do presente ano, o fotojornalista Pedro Cruz foi convidado pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro a realizar uma exposição de fotografia no mercado local da Freguesia de São Pedro, tendo o autor atribuído-lhe o nome de «Alerta Costeiro 14/15».-----



Esta exposição mostrava imagens que documentam a erosão do litoral costeiro, em especial a zona da freguesia de São Pedro.-----

Nas vésperas da inauguração, a exposição do fotojornalista foi cancelada, alegando o Presidente de Junta do Partido Socialista, que a mesma estava politizada, mostrando, no nosso ponto de vista, uma verdadeira barreira à liberdade de expressão.-----

O que é certo, é que, com este infeliz desfecho e tal como o artista comunicou numa rede social, «O alerta foi dado» e mais do que nunca a população e as várias entidades com responsabilidades sobre o assunto «Olharam com olhos de ver» para o real problema que aquela freguesia e que o Concelho da Figueira da Foz está a sofrer com esta constante devastação da zona costeira.-----

Nesse sentido propunha à Assembleia Municipal, que pelo impacto e para mantermos viva a nossa preocupação sobre a solução deste assunto, que convidassem o fotojornalista Pedro Cruz a realizar a exposição «Alerta Costeiro 14/15» nos Paços do Concelho.»-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado António Santos Salgueiro.----

ANTÓNIO SANTOS SALGUEIRO: "Pensava que a minha passagem como deputado municipal iria ser feita com a máxima discricção, aliás, em consonância com a minha maneira de ser.-----

No entanto, a apresentação desta Moção obriga-me a tecer algumas considerações.- No passado sábado, comemoraram-se 41 anos do derrube da ditadura fascista de partido único em Portugal, dando ao Povo Português a liberdade de escolha e consequente democracia para podermos estar aqui hoje.-----

Foi com esse sentimento democrático e de satisfação que, no dia 30 de outubro de 2014, tomei posse na Assembleia de Freguesia para gerir os destinos da freguesia de São Pedro.-----

Nas eleições intercalares de setembro de 2014, a população cova-galense elegeu, democraticamente e com uma larga maioria, o meu executivo para gerir a nossa freguesia. Foi a vontade popular, a vontade democrática da maravilhosa população de São Pedro.-----

Apesar das diferenças de opinião perçetíveis durante a campanha eleitoral, na tomada de posse transmiti o meu desejo de trabalhar e ouvir todos os cova-galenses, para em conjunto podermos engrandecer a nossa Vila de São Pedro. A isso chama-se liberdade democrática.-----

Infelizmente, passados 40 anos das primeiras eleições livres em Portugal, ainda



há quem não tenha aprendido estas elementares regras democráticas de princípios de liberdade, respeito e educação pelo próximo.-----

Vamos, então, à verdade dos factos. Encontrei o Mercado de São Pedro em completa decadência, a carecer de uma intervenção. Constatei haver comerciantes com graves problemas familiares e financeiros. Era urgente reverter a situação e atrair clientes ao Mercado. Após a sua recuperação, o executivo da Junta de Freguesia, no uso da competência sufragada pela vontade popular, decidiu promover algumas exposições com a finalidade de revitalizar e animar aquele espaço comercial.---- Houve logo quem quisesse aproveitar estas iniciativas para se servir da Junta de Freguesia como arma de arremesso político, quando a verdadeira intenção do promotor - Junta de Freguesia de São Pedro - era ajudar os comerciantes a dar vida e gente ao Mercado.-----

A Lei n.º 75/2013 é bem clara quando atribui à lista mais votada a competência de gerir os destinos da freguesia. Isso é a verdadeira democracia, a verdadeira liberdade. Estes são os valores de Abril.-----

Quem pretender servir-se da Junta de Freguesia de São Pedro como arma para atingir pessoas, instituições ou partidos, terá de concorrer às eleições, ganhá-las e posteriormente aproveitar-se dela para fazer «política barata». Porém, o Povo da minha terra conhece bem os incompetentes.-----

Esta foi a segunda vez que publicamente falei neste caso e neste «aproveitamento político» de uma exposição com tudo para dar certo. Por mim, dou por encerrado este assunto.-----

Estou contente com o atual dinamismo e movimento do Mercado, bem demonstrativo de estarmos no caminho certo. Nestes 06 meses e no restante tempo do nosso mandato, a Freguesia de São Pedro respeitará todas as instituições, do governo central às nossas coletividades. Quando discordar falará no local próprio, nunca para a comunicação social, e muito menos, para blogs ou facebook's. Discordará olhos nos olhos, sem medo mas com respeito institucional. Só assim a Junta de Freguesia de São Pedro ganhará crédito e será respeitada.-----

Fiquei surpreso com as opiniões manifestadas pelo Vereador Miguel de Almeida, e agora, com as do grupo municipal da Coligação Somos Figueira. Nunca tentaram falar com o executivo da Junta para saber a verdade dos factos. Realmente, para se dar opinião convém sempre ouvir os dois lados.-----

Quanto à Moção propriamente dita, parece-me subsistir alguma amargura quando, no seu terceiro parágrafo, acusa o Presidente da Junta de Freguesia do Partido



Socialista, de mostrar «uma verdadeira barreira à Liberdade de expressão».-----
A população de São Pedro olha «olhos nos olhos» porque sente todos os dias as
amarguras do mar.-----

Por último, faço um apelo ao grupo municipal da Coligação Somos Figueira para
tentar refazer esta Moção apontando medidas para a resolução real dos problemas
da Orla Costeira em São Pedro. Têm condições para o fazer até porque têm uma mais
fácil comunicação com o Governo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Sobre esta Moção, uma vez mais apresentada «à boca da urna»,
o grupo municipal do Partido Socialista apenas tem duas coisas muito simples para
dizer.-----

Após a leitura da mesma, não me parece muito genuína e pura. Traz encapotada uma
provocação política com a qual o grupo municipal do Partido Socialista não alinha.
Além disso, após ouvirmos as explicações do deputado municipal António Santos
Salgueiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, eleito pela lista do
Partido Socialista, considerando claras e fundamentadas as suas explicações, e na
defesa do bom nome e da boa gestão que o Presidente da Junta de Freguesia de São
Pedro tem feito na sua autarquia, numa posição de óbvia solidariedade, votaremos
contra esta Moção subscrita pelo grupo municipal da Coligação Somos Figueira.”--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Contrariamente à opinião do deputado municipal Nuno Melo
Biscaia, eu não percebi patavina das explicações dadas pelo Presidente da Junta
de Freguesia de São Pedro. Não entendi rigorosamente nada, mas compreendo que o
Partido Socialista terá reunido com o Presidente da Junta, terão discutido o
assunto, e daí vem a clareza das explicações. Porque elas nascidas aqui não
acontecem.-----

Não compreendo qual é a ideia de refazer esta Moção, trocando-a por uma sobre a
defesa da Orla Costeira. A Coligação Democrática Unitária quer muitas moções em
defesa da Orla Costeira, e ainda ontem, apresentou uma proposta nesse sentido na
Assembleia de Freguesia de São Pedro.-----

O Presidente da Junta de Freguesia falou nos valores de Abril, no entanto,
inviabilizou uma exposição que eu gostaria muito de conhecer, apontando como razão
a mesma estar politizada.-----

Isso é uma linguagem perfeitamente bafienta e altamente perigosa! Isso entronca
naquela estrangeirinha feita, há muito pouco tempo, na Assembleia da República,



visando a campanha eleitoral, filtrando a informação para não passar tudo, nem toda a gente falar, notando-se uma contenção do tempo e do espaço, mas, depois «encolheram as unhas» porque a contestação à ideia foi, de facto, muito forte.-- A Coligação Democrática Unitária vai votar favoravelmente esta Moção, mesmo sem ter nenhum ponto de contacto político de monta com o grupo municipal da Coligação Somos Figueira, mas, porque gostou principalmente deste desafio de trazer a exposição, mostrando com certeza os perigos a que a nossa costa está exposta, para os Paços do Concelho.-----

E essa ideia fez-me lembrar uma coisa muito interessante. Aquando do Centenário de Álvaro Cunhal, nosso querido camarada, fiquei absolutamente abismada porque cheguei a Soure, para um jantar da Coligação Democrática Unitária, e a Câmara Municipal de Soure, do Partido Socialista, tinha as suas portas abertas. E a exposição sobre Álvaro Cunhal estava patente no átrio dos Paços do Município. Então, mas porquê, tratando-se de uma exposição altamente politizada?----- Se não soubermos conviver política e civilizadamente uns com os outros, quase diria estarmos a cometer um grave atentado contra o 25 de Abril e o espírito a ele subjacente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "A política tem coisas engraçadas, e, vejam só, até me permite subscrever integralmente a intervenção da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. Ela fez uma intervenção certíssima.-----

Só discordo dela num pormenor, quando afirmou não ter percebido as explicações do Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro. De facto, não tinha de perceber porque o Presidente da Junta não deu explicação absolutamente nenhuma, pelo menos do meu ponto de vista.-----

Porque a considerarmos como explicação a maioria absoluta obtida pela sua lista para a Assembleia de Freguesia, e ter sido essa a vontade da população da freguesia de São Pedro, aliás respeitada por todos, tal equivaleria a partir daí à negação total de direitos às pessoas na oposição, porquanto, a Junta tem a maioria absoluta, determina, manda publicar, e acabou.-----

Isso não pode acontecer. Tem a maioria absoluta, foi mandatada para governar, mas tem de respeitar os direitos da minoria, porque a Junta não é dona exclusiva da verdade. Aliás, a atitude tomada pela Junta é absolutamente contrária aos valores de Abril aqui invocados pelo seu Presidente.-----

Não conheço o fotojornalista, sou amigo de longa data do deputado municipal António



Santos Salgueiro, mas as coisas são como são.-----
Já agora, falando em defesa da Orla Costeira, eu talvez tenha sido das pessoas que, ao longo dos anos, mais tem lutado pela sua defesa, com propostas muito concretas, até agora não totalmente acolhidas mas irão sê-lo no futuro. E porque a verdade tem de ser dita, as atuais promessas de obra, em meu entender nem de longe nem de perto suficientes, já andavam a ser feitas há muitos anos, por governos anteriores, e nenhum as cumpriu, se não este governo que as está a executar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado António Santos Salgueiro.----

ANTÓNIO SANTOS SALGUEIRO: “Talvez a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz não tenha entendido o teor da minha intervenção, mas realmente nunca esteve em causa a exposição de fotojornalismo.-----

Existia um grave problema económico no Mercado, havia pessoas a passar fome, e este facto parece não importar a ninguém. A minha grande preocupação era levar gente ao Mercado, para os seus vendedores poderem levar pão para as suas famílias. Quando me foi proposta aquela exposição, não coloquei qualquer entrave. O problema são as pessoas. Na véspera da sua inauguração concederam entrevistas aos órgãos de comunicação social, tentando fazer política com um assunto que nos preocupa a todos. Por outro lado, o fotojornalista não realizou a exposição porque não quis, pois foram-lhe dadas todas as condições para a concretizar.-----

Quanto ao meu colega deputado municipal José Elísio Oliveira, talvez devesse preocupar-se com a gestão da Junta de Freguesia de Lavos, e deixar a gestão da Freguesia de São Pedro para mim...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Paulo Querido Rodrigues.----

PAULO QUERIDO RODRIGUES: “Estranho que o autarca de São Pedro já tivesse conhecimento da Moção apresentada aqui nesta Assembleia Municipal, e já trouxesse preparada a resposta. Pergunto-me, como teve conhecimento dela?-----

Quanto à argumentação alegando os valores de Abril, lembro que todos nós fomos eleitos democraticamente, e isso não nos permite bloquear os ideais de Abril, a liberdade de expressão e de opinião das outras pessoas.-----

O que teria de mal a exposição em si própria para a área comercial do Mercado?--
Não pretendo imiscuir-me na gestão da Freguesia de São Pedro, porém, estranhamente, terei de votar a favor desta Moção porque, tal como referiu o deputado municipal José Elísio Oliveira, os autarcas devem permitir aos cidadãos exprimirem livremente as suas opiniões e as suas ideias.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Se na minha opinião o deputado municipal António Santos Salgueiro esteve mal na primeira intervenção, na segunda ainda foi pior.-----

Em primeiro lugar, porque a minha qualidade de deputado municipal permite-me intervir em todas as questões de interesse para o Concelho, e não só nos assuntos relativos à Freguesia de Lavos.-----

E em segundo lugar, se eu quisesse ou alguma vez me tivesse passado pela ideia gerir os destinos da Freguesia de São Pedro, tinha tido duas oportunidades para o fazer.-----

Uma em 1985, onde podia ter feito uma campanha pela não desanexação da Freguesia de São Pedro da Freguesia de Lavos, e eu fui um dos maiores entusiastas na criação da Freguesia agora dirigida pelo deputado municipal António Santos Salgueiro.---

E a segunda oportunidade, tive-a aquando da recente Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, onde defendi acerrimamente a manutenção de São Pedro como Freguesia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: "A intervenção do deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, António Santos Salgueiro, pretende desvirtuar a Moção em análise e votação.-----

A Moção visava despertar consciências para o grave problema da Orla Costeira, e o seu cancelamento pelo executivo da Junta de Freguesia, serviu na perfeição esse objetivo com o impacto causado.-----

Nunca foi colocada em causa a atividade e comércio do Mercado, a Moção subscrita pela Coligação Somos Figueira apenas questiona o cancelamento da exposição sobre um tema tão importante para o nosso Concelho.-----

A organização desta exposição nas instalações da Câmara Municipal da Figueira da Foz seria uma forma de divulgar o trabalho fantástico de algumas pessoas pela nossa Terra, despertando a consciência para problemas concretos a necessitar urgentemente de soluções adequadas e definitivas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: "Não há dúvidas nenhuma que o autarca da Freguesia de São Pedro adivinhou a apresentação desta Moção, daí trazer, e bem, um texto escrito para responder.-----

Ao invés de tentar dar a entender ter havido política na véspera, gostaria de ouvir o Presidente da referida Junta de Freguesia explicar a esta Assembleia



Municipal as razões pelas quais entendeu ter sido a exposição politizada, e de a ter cancelado?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado António Santos Salgueiro.----

ANTÓNIO SANTOS SALGUEIRO: "Penso ter esclarecido suficientemente este assunto, mas irei responder à pergunta do deputado municipal José Pereira da Costa.-----

A exposição, em si própria, não levantou quaisquer problemas. Agora, o aproveitamento político de, na véspera da exposição, alguém ir para a comunicação social falar em culpados, e que o Presidente da Junta de Freguesia pretendia uma exposição de barquinhos, é completamente falso e muito grave.-----

A preocupação da Coligação Somos Figueira centra-se no cancelamento da exposição, a minha e a das outras pessoas da Terra, pelo contrário, está direcionada para os problemas sentidos na Orla Costeira e o encontrar de uma solução.-----

E quando na exposição foi apresentada uma foto apontando os culpados da situação, um dos quais era o meu antecessor, com uma gestão de um ano na Junta de Freguesia e sem culpa nenhuma nesta matéria, outro era Presidente da Câmara Municipal, desde a primeira hora empenhado na solução deste problema, e o terceiro era o Ministro do Ambiente que, conjuntamente com a Agência Portuguesa do Ambiente, tudo tem feito para a efetiva solução deste problema, foi a gota de água.-----

Estranho ver o grupo municipal da Coligação Somos Figueira mais preocupado com o cancelamento de uma exposição, do que com o verdadeiro problema em si mesmo."---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----

ANA LABORDA OLIVEIRA: "Após ouvir a última intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, ocorrem-me duas ilações.-----

Continua a não se perceber como esta exposição prejudica os frequentadores do Mercado, os quais segundo o autarca, vivem dificuldades sérias e passam fome.---

Está finalmente esclarecida a «politização» da exposição, porque foi o próprio Presidente da Junta de Freguesia a politizá-la!"-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mafalda Mendes Azenha, Mário Menezes Paiva, José Augusto Mateus, Luis Mendes Ribeiro, João Paulo Pinto, João Filipe Carronda, e José Matias Tavares, e do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, ao abrigo das disposições emergentes da alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, e tendo o Presidente da Assembleia Municipal usado o voto de qualidade, previsto no n.º 2 do art.º 54.º do normativo invocado, deliberou por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros da Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária, e Presidente da Junta



de Freguesia de Lavos, uma abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, e dezasseis votos contra dos membros do Partido Socialista, rejeitar a Moção subscrita pela Coligação Somos Figueira, propondo a realização da exposição «Alerta Costeiro 14/15» do fotojornalista Pedro Cruz, no edifício dos Paços do Concelho.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA apresentou a seguinte declaração de voto: "Votei a favor da Moção porque a exposição não era contra nada nem ninguém, não inviabilizava coisa nenhuma, e só poderia contribuir para um melhor conhecimento deste problema, atualmente na ordem do dia.-----

Também, não escutei nenhuma explicação do Presidente da Junta de Freguesia justificativa do cancelamento da exposição, antes pelo contrário.-----

Quem inviabilizou esta Moção apenas por solidariedade política, sem uma razão objetiva, ainda me irá dar oportunidade para voltar a este assunto mais tarde."-

J - BAIRRO NOVO - BURACOS NOS PASSEIOS E SINALÉTICA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Silva Esteves.-----

MÁRIO SILVA ESTEVES: "Vou ser extremamente rápido e apenas apontar um problema, a meu ver, de simples resolução.-----

No Bairro Novo é comum as pedras da calçada dos passeios soltarem-se. No último mês e meio, 04 pessoas sofreram fraturas nas pernas e braços devido a quedas nos passeios.-----

É uma apoquentação para todos, e sobretudo uma preocupação para o Município. Desde que me conheço, todas as semanas, uma viatura dos serviços municipais desloca-se ao Bairro Novo, com 04/05 elementos, e repõem as pedras que se vão soltando.----

Mas também é verdade que não se preocupam em verificar se o «buraco» é ou não mais aprofundado, e passível de ser totalmente anulado com o levantamento de algumas pedras envolventes e o seu enchimento.-----

Tudo isto, sem prejuízo da necessidade de uma intervenção urgente, impossível para já, em termos económicos.-----

Nas artérias pedonais do Bairro Novo sabemos dos coletores ali existentes, da mobilidade das areias no seu interior, e na zona principal a existência do coletor bastante alto.-----

Por último, voltava a lembrar ao executivo municipal a urgência de colocação das sinaléticas de trânsito numa zona onde o mesmo continua a ser um bocado complicado, com imensos lamentos dos residentes no local."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu também gostaria de ver essa situação melhorada se tal fosse possível. A Câmara Municipal executou algumas intervenções junto da Misericórdia, e foi «pior a emenda que o soneto».-----

De facto, no Bairro Novo verificam-se declives acentuados na calçada, desde sempre uma má opção, e com as árvores existentes no local, torna-se difícil qualquer tipo de intervenção.-----

Porém, a questão poderá ser estudada pelo Departamento de Obras Municipais e Ambiente, e se for encontrada uma solução técnica que permita obviar ao problema, o Município avançará com ela."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - REQUALIFICAÇÃO DO AREAL DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "O grupo municipal do Partido Socialista ao tomar conhecimento da recente autorização concedida pela Agência Portuguesa do Ambiente ao Município da Figueira da Foz, para a utilização e valorização de uma grande parte do areal urbano, expressa aqui uma nota de grande satisfação, congratulando-se conjuntamente com todos os figueirenses com este avanço do processo.-----

É preciso ter consciência, da existência de uma extensão brutal de areia a carecer de intervenção. Este é o momento dos Figueirenses escolherem entre uma dimensão astronómica de areal, claramente subaproveitado e onde ninguém faz praia, ou, na direção do aproveitamento daquele espaço, com início previsto para o final desta época balnear e cujas grandes traves mestras foram já divulgadas pelo executivo municipal.-----

Não estamos perante um tema pacífico, aliás tem sido controverso e discutido na sociedade figueirense, mas do ponto de vista do grupo municipal do Partido Socialista, o conceito de areal branco imenso tem de passar à história. Torna-se essencial criar ali uma zona de ante praia, para diminuir a área de areal inequivocamente extensa e subaproveitada.-----

Limpar aquela zona equivaleria a um retrocesso de cerca de três anos no processo em consolidação, aliás, as areias estão a consolidar-se naquela zona naturalizada e já com alguma vegetação, e onde se prevê a implantação de árvores.-----

É primordial mudar-se o conceito de praia, à semelhança do que tem acontecido em outras zonas do país, e isso deve ser interiorizado pelos figueirenses. Não se devem utilizar mecanismos contranatura como a limpeza artificial da praia, ou o



areamento daquela zona, porque a praia tal como está até beneficia os campos sintéticos de jogos e outros, impedindo a sua invasão pelas areias, face à forte ventosidade que ali se faz sentir. Deixe-se a natureza trabalhar.-----

Complementarmente a este voto de louvor pela negociação bem concluída com a Agência Portuguesa do Ambiente, o grupo municipal do Partido Socialista também se congratula com o facto de existirem fundos comunitários disponíveis para o próximo ano, para fazer a transposição do excesso de areia da praia urbana para as praias a Sul.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “Se o voto de louvor se reportar à Agência Portuguesa do Ambiente, a Coligação Somos Figueira cá estará para o apreciar.-----

Porém, antes de prosseguir com a minha intervenção, pergunto ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia o que a Câmara Municipal vai fazer efetivamente na praia?”----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: “Pelos vistos, o deputado municipal José Pereira da Costa não tem lido os jornais ultimamente. Se o fizesse, teria lido na edição de ontem do Jornal «As Beiras» uma entrevista esclarecedora da Vereadora Ana Carvalho Oliveira, presente nesta sessão, onde se elenca uma primeira fase de reabilitação dos espaços de lazer, passadiços novos, ciclovias, tratamento de valas, e um fortalecimento do travão vegetal na perspetiva da criação de uma ante praia.-----

No projeto apresentado pelo Município da Figueira da Foz previa-se ainda a construção de uma piscina e o Anel das Artes, que nesta fase não obtiveram o parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, não ficando, contudo, definitivamente afastada a ideia.-----

Serão estas as intervenções a iniciar no final da época balnear do corrente ano, com cofinanciamento do Turismo de Portugal, através das verbas de contrapartidas da zona de jogo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “Eu tinha lido o jornal, pensei é ter lido mal, pois, como sabe, nem tudo o que vem nos jornais corresponde à verdade.-----

A praia da Figueira da Foz está num estado absolutamente vergonhoso e isto é reconhecido por todos. O Vice-Presidente, António Tavares, é das poucas pessoas a gostar de ver a praia assim. Não sei se ele tem razão do ponto de vista científico. Recordo, uma vez mais, a preocupação dele em chamar a comunicação social quando foi lá apanhar os tomates. Não acredito que os deputados municipais, os Vereadores,



o Presidente da Câmara com quem nunca falei sobre este assunto, concordem com esta posição.-----

Quer queiram ou não, o areal é um péssimo cartão de visita para a cidade, e é uma vergonha! E se é assim que o Partido Socialista e o executivo camarário pretendem manter as pessoas na Figueira, fixá-las e atraí-las, estão completamente enganados. É preciso ter «lata», desculpem a expressão, para se virem agora congratular com meia dúzia de obrinhas, por comparação com as anunciadas no cartaz colocado, em plena campanha eleitoral, em frente ao Johnny Ringo, mencionando muitos milhões de euros para a requalificação do areal.-----

E mais vergonhoso ainda, é o Partido Socialista ter, durante anos, absolutamente desprezado, ignorado e deixado apodrecer todo o equipamento de lazer dos jovens e menos jovens, ali colocado por Santana Lopes.-----

Pergunto, onde estão as obras anunciadas na campanha eleitoral? Não me venha dizer irem ser feitas posteriormente, pois as agora aprovadas correspondem a 1/10 das que o Partido Socialista tinha anunciado realizar.-----

O Partido Socialista ganhou estas eleições com o cartaz publicitado em frente ao Johnny Ringo.-----

Porque não mantiveram em boas condições os equipamentos de lazer já existentes no local? Afinal a Câmara Municipal tem dinheiro ou não?"-----

Deixar apodrecer os equipamentos existentes e agora irem colocar lá novos, é deitar dinheiro fora!-----

Como podem congratular-se e vangloriar-se perante estas obras, que irão ser feitas porque têm apoio do Governo, quando desprezaram tudo o que lá estava implantado?"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: "Considero o Vereador e o Presidente pessoas politicamente equilibradas e inteligentes, por isso, só lhes peço duas coisas.-----

A primeira, é para não gastarem o dinheiro todo na praia da Figueira, porque nas praias do Sul, nomeadamente, em São Pedro, Lavos e Marinha das Ondas, também é preciso fazer obras nos passadiços estragados, na iluminação derrubada, nos campos completamente rebentados e inutilizados a carecerem de ser recuperados, etc.----

A segunda, é para não ficarem com a areia toda, e arranjam uma maneira de transferir parte dela para o Sul, onde é bem precisa."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA: "O deputado municipal, Nuno Melo Biscaia, apresentou um assunto a discussão, porquanto, é imprescindível decidir de forma definitiva o que



se pretende para o areal da Figueira da Foz.-----
Não consigo entender as razões de tanta polémica contra o travão vegetal da praia da Figueira! Costumo passar uns dias de férias em Vila Moura, cidade com uma marina, hotéis, casino, etc., e para ir à praia também tenho de atravessar uma zona com vegetação consolidada.-----

O grave problema da costa Sul, segundo dizem os entendidos, é uma situação provocada pela falta de vegetação, devido à imensa atividade humana.-----

No inverno, posso ir à praia da Figueira, mas já não consigo ir à da Tocha, porque esta está sistematicamente inundada de areia, devido à falta de vegetação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: “Até consigo perceber, compreender e aceitar a posição do deputado municipal José Pereira da Costa e do grupo municipal da Coligação Somos Figueira, sobre a limpeza do areal da praia.-----

Porém, a Câmara Municipal da Figueira da Foz e o Partido Socialista têm um plano, uma ideia, e um projeto para o areal urbano, e isto tem de ser dito.-----

Responder-me-á o deputado «esse projeto é inviável nos próximos 10/20 anos», e provavelmente terá razão.-----

Na sua totalidade ele é irrealizável, aliás eu conheço relativamente bem o projeto, e posso dizer não ser apologista de todas as ações preconizadas para aquele areal. Todavia, a necessidade absoluta de tratar aquela ante praia, de criar um espaço reduzindo o areal, é extremamente premente.-----

A Câmara Municipal tem tido a preocupação de ponderar e elaborar os planos para a Figueira a 20/30/40 anos. Relembro os Planos Garrett e Pessoa, do conhecimento do deputado municipal José Pereira da Costa, que projetaram a Figueira da Foz para 30/40 anos. Na nossa prática autárquica, muitas vezes o problema deriva do planeamento a curto prazo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Este assunto tem andado na ordem do dia e carece de ser amplamente esclarecido. As declarações da Vereadora Ana Carvalho Oliveira foram claras, mas, oportunamente, far-se-á uma conferência de imprensa com a equipa paisagística presente, por forma a prestar todos os esclarecimentos, dando-se então nota das dificuldades encontradas e das soluções revertidas para se concluir este processo. É um projeto felizmente em vias de ser concretizado.-----

Em 2009 o Município foi confrontado com a grave questão de encontrar soluções para o areal urbano.-----



Como sabem, este é propriedade da Agência Portuguesa do Ambiente e uma parte junto ao paredão pertence à administração do Porto da Figueira da Foz, o que retira ao Município qualquer jurisdição sobre aquele local.-----

Ao longo dos tempos e porque o mar vai fugindo com o prolongamento do Molhe, a solução era a limpeza, mas o areal foi-se ampliando até chegar a um domínio absurdo. Isso implicava um gasto de uma quantia enorme em dinheiro, talvez mais de 150 mil euros, para no fundo apenas arear. Só há areia onde o mar chega, o resto são zonas dunares, pré-dunares, criadas pela própria natureza.-----

Nessa altura, segundo os técnicos a solução era negociar-se com a Agência Portuguesa do Ambiente no sentido de encontrar uma solução possível.-----

No domínio da fantasia e do conhecimento menos esclarecido, as pessoas julgam poder fazer-se ali tudo, contudo, há limitações em termos de ordenamento do território. Existe uma reserva restrita de natureza de praia, remetendo para o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, permitindo quanto muito discutir os centros de apoio e nada mais, no sentido de os lançar para uma distância mais longínqua e mais perto do mar.-----

Continuar com a limpeza, areando e crivando, ia retirando toda a massa de flora ali existente, e em consequência, erodindo ainda mais aquele imenso espaço, equivalendo a ficar-se ali com uma zona de pedra de difícil solução.-----

Seguindo a sugestão apontada pelos técnicos, tentou-se demonstrar à Agência Portuguesa do Ambiente não ser aquela uma área naturalmente praia.-----

Por isso, se bem se lembram a partir de 2012, a Câmara Municipal deixou de crivar a praia. Ao mesmo tempo, lançou-se o Concurso de Ideias, onde uma das questões invocadas era, de facto, a sustentabilidade em termos ambientais dos projetos a apresentar.-----

Apareceu então um projeto contemplando mais duas ou três infraestruturas conducentes à aproximação do mar à praia da cidade, o qual foi amplamente discutido com a Agência Portuguesa do Ambiente, e conseguiu-se o possível e aceitável.----

A política faz-se no domínio das cedências, e ao fim de um ano e meio de discussão, pese embora não esteja particularmente satisfeito, fico contente por terem atendido algumas das nossas pretensões. Inclusivamente, houve conversas com o Secretário de Estado, e uma audiência solicitada ao Ministro para lhe dar nota desta e de outras preocupações de ordem ambiental.-----

A Agência Portuguesa do Ambiente aceitou a instalação de um circuito pedonal, uma ciclovia para de alguma forma cortar a praia, uma pista de atletismo, e uma nova



relocalização de todos os passadiços, os quais, neste momento, já não têm prego onde se pegue, porque todos os maciços de suporte estão gastos.-----

A Câmara Municipal vai colocar passadiços novos, com uma outra configuração, atualmente a ser estudada por uma equipa de arquitetos paisagísticos. A Junta de Freguesia de Buarcos também participou neste processo.-----

Pretende-se construir no local alguns espaços de lazer, embelezar, mas, grosso modo, prevê-se o levantamento e reinstalação de novos passadiços com uma arquitetura e um design mais adequado, a construção de uma ciclovia, em meu entender, bastante interessante por aproximar as pessoas à praia de uma forma mais confortável, a criação de um percurso de atletismo para permitir uma corrida mais junto à praia, e depois, há uma série de focos a ser instalados, um bocadinho à semelhança do Oásis mas numa versão mais natural e espontânea, adaptados para o embelezamento do espaço.-----

Compreendo que as pessoas gostassem de ali ter areia fina, mas o problema nunca mais ficaria resolvido.-----

Isto é maçador e desagradável, não está bonito, e se me perguntarem se gosto daquilo, obviamente digo não.-----

Também aquando do processo de Regeneração Urbana na zona do Forte de Santa Catarina, foram interpostos contra o Município dois embargos, e tive de andar pelos Tribunais a defender o projeto. Cheguei a questionar-me se estava ou não fora de mim. No processo do Mercado houve providências cautelares e duas ações.-----

Estamos a passar pela fase mais difícil de um processo de transformação, por estar a alterar a rotina, e isso não o torna consensual.-----

Mas o projeto é modelar, e agora temos capacidade para o executar porque a areia já está em condições.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Pereira da Costa.-----

JOSÉ PEREIRA DA COSTA: “Agradeço as explicações do Presidente da Câmara e vou aguardar, para depois de uma exposição pública mais pormenorizada sobre este assunto, para me pronunciar. Para além disso, por motivos pessoais e familiares vou ter de me ausentar, e não queria ser indelicado ao não escutar as explicações do Presidente da Câmara sobre o placard em frente ao Johnny Ringo.”-----

L - INCLUSÃO DE PONTO NA ORDEM DE TRABALHOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Proponho que seja incluído na Ordem de Trabalhos, a pedido do Presidente da Câmara, para ser discutido nesta sessão, o seguinte ponto:

- Proposta de alteração ao Regulamento da Gala Internacional dos Pequenos Cantores



da Figueira da Foz.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, e do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, deliberou, por unanimidade, incluir este ponto na Ordem de Trabalhos da presente sessão.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO:

4.1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA SEGUINTE PROPOSTA:

4.1.1 - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL - PEDIDO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI N.º 770/XII "ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA FREGUESIA DE BUARCOS NO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ, PARA «BUARCOS E SÃO JULIÃO», DA INICIATIVA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, CDS - PARTIDO POPULAR

Presente um ofício da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, da Assembleia da República, solicitando a emissão de um parecer por parte desta Assembleia Municipal, em relação ao Projeto de Lei n.º 770/XII, da iniciativa do Partido Social Democrata e CDS - Partido Popular, alterando a denominação da Freguesia de Buarcos para «Buarcos e São Julião».-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Este documento reflete a história do cuco, mas ao contrário. O cuco é um bicho grande e bonito, vai ao ninho dos passarinhos mais pequenos, expulsa um ou dois ovos, põe lá um ovo seu enorme, e os desgraçados dos passarinhos quando o ovo eclode não fazem mais nada senão alimentar aquele monstro que tudo come.-----

A Coligação Democrática Unitária mal haja abertura política irá defender a reversão das freguesias às suas populações, e este sempre foi o seu entendimento em relação à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.-----

No caso vertente, existia a freguesia de S. Julião, correspondendo grosso modo à Figueira da Foz, enquanto cidade, a qual foi agregada à freguesia de Buarcos, e a Coligação Democrática Unitária apresentou na Assembleia de Freguesia de Buarcos uma proposta para integrar o nome de São Julião na sua atual denominação, tendo sido aprovada unanimemente.-----

Então, muito depressa o Partido Social Democrata e o CDS - Partido Popular pegaram no «ovo» e entregaram-no como seu na Assembleia da República. Por isso falei da



história do cuco.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Matias Tavares.-----

JOSÉ MATIAS TAVARES: “Este processo foi «desencadeado» pelo deputado da Assembleia de Freguesia Carlos Batista, ao apresentar uma Moção, segundo ele a título provisório, propondo a alteração do nome da Freguesia de Buarcos, nele se passando a integrar São Julião.”-----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia não me podia manifestar, mas achei estranho aquela afirmação, pois as coisas feitas a título provisório não correm bem. Mas, foi consensual constituir-se um grupo de trabalho dentro da Assembleia de Freguesia, integrando elementos da Coligação Democrática Unitária, Partido Socialista, e Coligação Somos Figueira, para elaboração de uma proposta a ser posteriormente submetida àquele órgão da freguesia.”-----

Moral da história, por iniciativa do Partido Social Democrata e do CDS - Partido Popular, a Moção do deputado Carlos Batista aparece na Assembleia da República para ser transformada em Lei.”-----

Do meu ponto de vista, houve aproveitamento político, porque não importa a «cor do gato», interessa é o que ele caça, e aqui estão a caçar-se votos.”-----

Em 2012, a «trapalhada» foi feita por alguém aqui presente, naquela célebre Assembleia de Freguesia onde tudo ficou definido. E agora querem limpar-se.”-----

Eu não fujo da sala para não votar, sou homem de coragem e os homens medem-se pelos seus atos e não pelas suas palavras, mas quero deixar bem claro que eu e o meu executivo defenderemos a freguesia com toda garra, seja qual for o seu nome.

Sou Presidente de uma Freguesia, luto pelos interesses dos meus fregueses no terreno, e não entro em arranjos políticos, nem compactuo com interesses para alcançar certos objetivos.”-----

Todavia, compreendo esta atitude, pois as eleições estão próximas, se calhar não estavam a contar com os resultados eleitorais anteriores, e precisam de tirar partido desta situação.”-----

A minha posição é conhecida. Para mim, o melhor seria adiar o processo, o nome não ia azedar, e dado avizinharemos eleições, adiava-se o processo.”-----

E vou mais longe, eu até sou apologista de um referendo popular, e o povo decidiria o que quer.”-----

Não desrespeitando a minha Assembleia de Freguesia, irei fazer uma declaração de voto, porque o documento aqui em votação não foi discutido na Assembleia de Freguesia de Buarcos.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

NUNO MELO BISCAIA: "O Partido Socialista sempre defendeu que a delimitação das fronteiras das freguesias, a sua eventual fusão ou extinção, deve partir sempre dos órgãos locais autárquicos competentes, no caso vertente, das Assembleias de Freguesia e também das Assembleias Municipais.-----

Por isso, o Partido Socialista assumiu um compromisso com o país e com todos os portugueses de reverter o processo da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica a quem de direito, ou seja, ao poder local. Essa foi a razão subjacente à sua oposição ao processo de Reorganização imposto à revelia da real vontade das populações, nomeadamente, dos fregueses.-----

Todavia, entende que a mudança do nome agora proposta e corroborada pelos membros do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Buarcos, deve ser respeitada, daí não ir votar contra.-----

Isto não constitui por si só um facto consumado e impeditivo da reversão do processo, se a vontade das populações for a coexistência autónoma das freguesias de S. Julião e Buarcos.-----

O grupo municipal do Partido Socialista respeita a opinião do Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos, o seu voto e a declaração de voto, até porque houve, como disse a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, um certo aproveitamento político por parte do Partido Social Democrata e do CDS - Partido Popular numa iniciativa que não era sua, e pese embora não considere ser este procedimento mais correto, não irá votar contra este pedido de parecer da Assembleia da República."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Neste processo exige-se a honestidade intelectual de nos fazer refletir do bom valor da nossa palavra. Enquanto meros agentes políticos, alguns de nós momentâneos, é importante darmos valor à nossa palavra, e ela deve manter-se hoje e sempre. É importante manter a coerência de argumentos.-----

Nesta matéria eu coerentemente direi o que sempre foi afirmado por este grupo municipal.-----

Em primeiro lugar, esta lei nunca foi agradável, e a Coligação Somos Figueira nunca a defendeu.-----

Em segundo lugar, os processos históricos de mudanças administrativas do território nunca foram do acordo das populações. Portanto, não defendam hoje uma coisa que amanhã irão contrariar.-----

Em terceiro lugar, quando se pede a alguém para ver o sol é importante que a pessoa



veja o sol e não o dedo.-----
De facto, discute-se aqui quem teve a iniciativa do processo, mas o importante é reparar um erro. As duas freguesias foram extintas, e desde o princípio a denominação devia ter integrado o nome das duas. Agora, repara-se o erro. Interessa alguma coisa quem levou a iniciativa à Assembleia da República? Não olhem o dedo, olhem o sol, trata-se de reparar um erro, vamos fazê-lo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “Vamos então ser intelectualmente honestos.-----
Honestidade é «bater» nos fraquinhos. Honestidade é não ouvir as populações, ser-se ditador só por se ter a maioria. As verdades intelectuais e honestas deviam contar como o processo da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica foi conduzido. Honestidade é os Presidentes das Juntas nas suas Assembleias de Freguesia terem dito não, e depois, nesta Assembleia Municipal darem o dito por não dito.-----

Há pouco escapou aqui uma das verdades, quando o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos referiu não ser Presidente da autarquia de São Pedro, porque aquando da Reforma Administrativa não tinha querido.-----

O argumento utilizado foi terem poupado à extinção duas freguesias, assim só eram quatro freguesias extintas, mas uma delas foi cortada ao meio. Esta não foi agregada, mas a «malta» deu-lhe uma facada.-----

A Reorganização Administrativa Territorial Autárquica foi uma perfeita «trapalhada» para agradar a alguém.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Durante estes anos todos envolvido na política, vou sempre aprendendo alguma coisa. Hoje, em minha opinião, um partido político vale sobretudo pela coragem, frontalidade, pelo que é capaz de assumir perante os eleitores, mesmo não sendo medidas populistas ou do agrado do povo.-----

A Troika está em Portugal, porque os políticos têm feito sempre a vontade ao povo com a preocupação dos votos, isto sem querer culpabilizar ninguém em especial. Às vezes é preciso dizer não.-----

Rio-me quando o Partido Socialista em Portugal foge das medidas impopulares como o diabo da cruz, por poderem traduzir-se em perda de votos. Acho graça quando o mesmo partido refere que as populações deviam ser auscultadas quanto à extinção das freguesias. Se assim fosse, estava tudo na mesma, porque nenhuma freguesia aceitava ser extinta.-----



Mas, o Partido Socialista, um partido com coragem e frontalidade, no próximo mandato certamente irá questionar os Municípios para saber quais são os que querem ser extintos. Pago para ver se algum quer ser extinto.-----

O deputado municipal João Filipe Carronda é contra as ditaduras, as maiorias, daí não concordar com o processo. Porém, há pouco concordou que a Junta de Freguesia de São Pedro tivesse cancelado uma exposição, porque tinha a maioria.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: “A mesma pessoa que defendeu esta argumentação, disse em tempos, nesta mesma sala, ao Presidente da Câmara, para fazer obra apesar de não ter dinheiro, para corresponder à vontade do povo.-----

As ditaduras de maioria muitas vezes tomam decisões que racionalmente nem sempre são as mais corretas.-----

Em relação ao processo da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica não consegui perceber, até ao momento, qual foi a mais valia da extinção das freguesias. Nas regiões do interior as freguesias são o suporte das suas populações, e isto é de sublinhar.-----

Porque não reduzir também os tribunais e as escolas? Não interessa ter estruturas de proximidade? E quais eram os custos para o Estado desses voluntários, desses homens, com H grande, que geriam as freguesias extintas?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “O deputado municipal João Filipe Carronda não conhece a minha posição sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. Eu até posso ser a favor da extinção de todas as freguesias e querer uma situação alternativa, e até posso dizer-lhe as razões, mas particularmente.-----

Porque eu assumo dizer não aos munícipes/fregueses, recusar-lhes atestados. Quanto à questão do nome da freguesia, para mim ser Buarcos, ou Buarcos e São Julião, ou São Julião e Buarcos, é-me indiferente. Votarei favoravelmente este pedido da Assembleia da República.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva e Vitor Santos Madaleno, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, e do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, dando cumprimento à solicitação da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da



Assembleia da República para efeitos da alínea n) do art.º 164.º da Constituição da República Portuguesa, na sua última redação, e aplicando por analogia as disposições emergentes da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, da Coligação Somos Figueira, da Coligação Democrática Unitária e do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, treze abstenções dos membros do Partido Socialista Fausto Santos Loureiro, José Matias Tavares, João Filipe Carronda, Jorge Bugalho Silva, Susana Oliveira Monteiro, Vitor Gonçalves Alemão, Fernando Miguel Pereira, António Santos Salgueira, Luis Miguel Bento, João Paulo Pinto, Isabel Guardão Tavares, Fernanda Marques Lorigo, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, e sem votos contra, emitir parecer favorável à alteração da denominação da Freguesia de Buarcos do Município da Figueira da Foz, para «Buarcos e São Julião» e, consequentemente ao Projeto de Lei n.º 790/XII.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

LUIS MENDES RIBEIRO apresentou a seguinte declaração de voto: "Sendo de Buarcos não poderia deixar de fazer uma declaração de voto e de me referir à tomada de posição desta Assembleia Municipal há dois anos, e da minha Assembleia de Freguesia há alguns meses atrás.-----

Sensivelmente há dois anos atrás foi cometida nesta mesma Assembleia Municipal uma injustiça, aliás quatro injustiças, não apenas ao extinguir órgãos democraticamente eleitos do poder local (as freguesias), mas sobretudo ao apagarem-se da história da Figueira da Foz quatro identidades, com um significado administrativo e político.-----

A Assembleia de Freguesia de Buarcos por consenso entre os partidos nela representados, com um único voto contra de um membro do Partido Socialista, entendeu aprovar a alteração da denominação da sua Freguesia para «Buarcos e S. Julião».-----

A verdade é que esse deveria ter sido o nome consignado nesta Assembleia Municipal no próprio dia da alteração e da agregação das duas freguesias.-----

A identidade histórica da Figueira da Foz começa em 1096, com a doação de S. Julião, da Igreja de S. Julião, e da povoação de S. Julião, feita pelo Abade Pedro ao Cabido da Sé de Coimbra.-----

Em 2012, cometeu-se na Assembleia Municipal um tremendo erro político e histórico, e sobretudo uma tremenda injustiça, ao apagar o nome de S. Julião da denominação da nova freguesia, e a Assembleia de Freguesia de Buarcos, há uns meses, muito



dignamente e tal como os senhores deputados hoje o fizeram aqui, respeitou a história da Figueira da Foz.-----

Independentemente da eventual decisão que venha a ser tomada em relação à reforma administrativa pelo próximo Governo, seja ele do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, ou do CDS - Partido Popular, do meu ponto de vista pessoal haverá ainda um reparo a fazer às populações, isto é, repor pelo menos na atual denominação das freguesias, tal como aconteceu na esmagadora maioria do país, os nomes das freguesias extintas pela Assembleia Municipal há dois anos atrás, nomeadamente, Brenha com um Foral de 1282, Borda do Campo e Santana.-----

As populações destas freguesias merecem ver a sua identidade reposta.”-----

JOSÉ MATIAS TAVARES apresentou a seguinte declaração de voto: “Eu sou e serei sempre o representante de todos os figueirenses e de todos os Buarcosenses. Como afirmei na minha intervenção, a freguesia vai de Norte a Sul e de Este a Oeste, e é para todos fregueses que eu e o meu executivo trabalhamos, é por eles que lutamos e foi para isso que fomos eleitos, independentemente do nome a ser aprovado para a freguesia.-----

A minha abstenção prende-se com o facto de entender não ser a melhor altura para se tomar esta decisão, e que ela deveria ter sido adiada, aliás como expressei em entrevista a um jornalista, realizada antes da sessão da Assembleia de Freguesia onde este assunto foi discutido.-----

Baseado nestes princípios e porque sou um homem de honra, como todos os aqui presentes, não obstante a minha abstenção, quero deixar bem claro que eu e o executivo da Junta de Freguesia estaremos sempre à disposição de todos os fregueses, qualquer que seja a denominação aprovada.”-----

FAUSTO SANTOS LOUREIRO apresentou a seguinte declaração de voto: “A minha primeira reação em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos era votar contra, ou então, sair da sala na altura da votação. Mas refleti e achei por bem abster-me.-----

A Reorganização Administrativa Territorial Autárquica foi, na altura, uma trapalhada do Governo com a vida facilitada no Concelho da Figueira da Foz. E agora, arvorando o respeito pelas populações da Figueira da Foz e Buarcos, e quem sabe, por problemas de consciência, trazem de novo o assunto à discussão. Para mim é apenas mais uma trapalhada a somar à anterior.-----

Se não queriam a extinção de S. Julião não a tinham proposto em 2012, e no fundo, não tinham facilitado o trabalho à Assembleia da República.-----

Quando ouço algumas pessoas dizerem «mas nós vamos trabalhar para retornar à



situação anterior, e para as freguesias serem repostas», eu contraponho acusando-as de hipocrisia.-----

Em 2012 sofri bastante nesta Assembleia Municipal ao ver a freguesia de Brenha, da qual fui autarca e Presidente durante 20 anos, ser extinta e a sua população ser integrada nas freguesias de Alhadas e Quiaios, e hoje, sinto-me deveras incomodado e angustiado por se estar aqui a remexer na «ferida».-----

Para mim ao voltar-se a este tema é «pior a emenda que o soneto».-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES apresentou a seguinte declaração de voto: "Sou nascida em S. Julião e sê-lo-ei sempre, mas resido em Buarcos com muita alegria e satisfação. A minha abstenção deve-se à não concordância com o processo da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica e da agregação das freguesias.-----

Para mim nunca fez sentido toda aquela trapalhada engendrada, e até gostaria de saber, no fim disto tudo, que custos foram poupados, porque a diminuição das despesas era a razão subjacente àquela reforma.-----

A minha abstenção é no sentido de se reporem as duas freguesias, S. Julião da Figueira da Foz e Buarcos. A Reorganização Administrativa Territorial Autárquica foi um processo extremamente mal feito.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA apresentou a seguinte declaração de voto: "Para mim a denominação da Freguesia não terá influência nenhuma no desempenho do executivo da Junta de Freguesia.-----

Por sempre e de uma forma visível me ter manifestado contra este processo de Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, não seria coerente comigo mesmo se votasse favoravelmente um processo resultante dessa mesma reforma.-----

Numa situação vulgar até votaria contra, porquanto tenho alguma dificuldade em aceitar concretizar esta fusão das duas freguesias, não estando aqui minimamente em causa os naturais de S. Julião ou de Buarcos.-----

A minha abstenção prende-se com o facto de ter estado presente na Assembleia de Freguesia de Buarcos onde foi decidido alterar a denominação da freguesia para «Buarcos e S. Julião», prezar muito as instituições locais e respeitar as suas decisões.-----

De qualquer modo, não creio ser possível alguma vez retornar-se à situação anterior, com a coexistência das duas freguesias, daí lamentar que a Figueira da Foz fosse a única cidade do país a extinguir uma freguesia urbana, nos moldes em que foi processada a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.-----

FERNANDO MIGUEL PEREIRA apresentou a seguinte declaração de voto: "A minha



abstenção é baseada no princípio da não concordância com a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica nos moldes em que foi feita. Naturalmente não manifesto opinião sobre o que considero um erro do passado.”-----

4.2 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO DE 2014 DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Foram presentes os documentos de Prestação de Contas elencados no anexo I das Instruções n.º 1/2001, 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, exceto os documentos nºs “24 - Ativos de rendimento fixo”, “25 - Ativos de rendimento variável” e “35 - Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais”, em virtude de não existirem movimentos contabilísticos que lhes dessem origem. Foi também presente o Inventário Municipal 2014 - Imobilizações.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Subunidade Orgânica de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Natália Jerónimo Pires.-----

NATÁLIA JERÓNIMO PIRES: “Relativamente a este ponto, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira lamenta que o parecer do Revisor Oficial de Contas e a Certificação das Contas não tenham sido divulgados juntamente com as Contas, de forma atempada, para serem discutidas em sede da última reunião de Câmara.-----

Efetivamente, o Revisor Oficial de Contas expressa reservas, as quais podem alterar completamente as demonstrações financeiras, e põem em causa, inclusivamente, o resultado líquido das Contas.-----

E cito, a título de exemplo, o facto de existir imobilizado em curso sem ser objeto das respetivas amortizações, ou seja, custos efetivos ainda não contabilizados.-



Também, não foram facultadas as contas de quatro das vinte e uma entidades participadas pelo Município da Figueira da Foz, daí se desconhecem completamente os respetivos efeitos na dívida e no património no global das Contas.-----

E mais, o Município mantém no ativo dívidas a receber, no valor de 2.072 milhares de euros, que pela sua antiguidade, já deveriam ter sido consideradas dívidas incobráveis. Portanto, assim sendo, temos o Ativo do Balanço sobrevalorizado neste mesmo montante.-----

Existem ainda responsabilidades contingentes decorrentes de processos judiciais em curso, que não estão reconhecidos no Passivo, e aí estamos a falar de valores significativos de cerca de 31.241 milhares de euros.-----

Concluindo, os efeitos destas reservas, apontadas pelo Revisor Oficial de Contas, podem ser de tal maneira significativas que aquele termina o seu Relatório de Certificação citando «... a dívida total do Município, antes de consideradas as reservas ... acima, cumpria o limite da dívida prevista no art.º 52.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais.». A grande questão aqui é saber-se qual será o impacto das correções, decorrentes destas reservas, no resultado líquido das Contas do Município?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Repetindo as palavras ditas aqui no último ano, a Coligação Democrática Unitária lamenta o facto de os contribuintes continuarem a ser penalizados com a subida dos impostos, e, no fundo, obrigados a «tudo pagar». Uma vez mais e não obstante se lembrar dos esclarecimentos prestados na sessão de abril do ano passado, relembro que a derrama continua a baixar e a Coligação Democrática Unitária continua a não perceber as razões disso."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Ana Raquel Correia.-----

ANA RAQUEL CORREIA: "O processo de reabilitação financeira do Município tem sido longo e tem vindo a ser consolidado desde 2011.-----

Vou falar sobre o Relatório de Gestão e salientar alguns fatores, do meu ponto de vista, importantes.-----

Verifica-se uma redução da dívida a médio/longo prazo, porque durante o ano de 2014 foram feitas amortizações de empréstimo e pagamentos de juros, representando cerca de 15% das despesas pagas nas Contas do Município.-----

Constata-se a redução do prazo médio de pagamentos para 22 dias, sendo o primeiro ano em que o Município da Figueira da Foz não tem quaisquer pagamentos em atraso. Isto é muito relevante e demonstrativo de uma execução digna e precisa das Contas.



Confirma-se que a execução orçamental quase se aproxima dos 100%, e só não os atingiu porque a Câmara Municipal tem dois projetos em curso - o Centro de Saúde de Lavos e o Portinho da Gala.-----

Houve uma redução dos recursos humanos, devido a aposentações, e por isso, conseguiu-se recrutar novos colaboradores.-----

Com todas estas consolidações alcançou-se um excedente de cerca de 160.000 euros, para o financiamento de novos projetos e candidaturas a fundos comunitários.----

O grupo municipal do Partido Socialista afirma que se está no bom caminho para se conseguir fazer mais e melhor pela Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A questão das reservas do Revisor Oficial de Contas e a da redução da derrama, são ambas pertinentes.-----

As razões da não entrega atempada do parecer e certificação legal das Contas para a reunião de Câmara, deve-se ao facto do Revisor Oficial de Contas entender ser o órgão Assembleia Municipal a aprovar os documentos de prestação de contas. Pessoalmente, eu gostaria que os tivesse entregue para a reunião do executivo municipal, no entanto, ele é um auditor independente, imparcial e, sem sombra de dúvidas, compete à Assembleia Municipal aprovar as Contas.-----

Pertinente será analisar o detalhe entre a receita e a despesa, sobre o qual o Revisor Oficial de Contas refere apresentarem-se as demonstrações financeiras de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes. Isto é, as Contas espelham de forma fidedigna a execução orçamental da autarquia. Apenas suscita algumas reservas em relação a alguns comportamentos de ordem financeira que já deveriam estar esclarecidos.-----

Sobre o imobilizado não valorizado e relevado contabilisticamente, ponto 7.1 da Certificação, lê-se «... Mantêm-se contabilizadas em Imobilizado em Curso obras no valor global de 2.194 milhares de euros, que por ausência de movimentos indiciam encontrar-se concluídas, pelo que, deviam ser reclassificadas e objeto dos respetivos gastos de amortização;...». São obras em fase de projeto, ou protocolos com Juntas de Freguesia ainda não concluídos, projetos em curso, e por não estarem encerrados ainda não estão reportados na Valorização do Ativo.-----

Quanto ao Imobilizado não Valorizado e relevado contabilisticamente, aqui se incluem objetos de arte, Museu, edifícios municipais, que estão inventariados mas não estão relevados contabilisticamente, porquanto, pela sua natureza, é difícil atribuir um valor a cada peça deste acervo.-----



Ainda não estão contabilizados os equipamentos e infraestruturas associados à Concessão das Águas, e isso sim, iria valorizar significativamente o Ativo, mas esse levantamento está em curso.-----

Se incluíssemos estas duas rubricas no Ativo, o património da autarquia valorizava ainda mais. Estima-se ascender aos 30 milhões de euros, apesar dos ajustes de desvalorização a serem contabilizados.-----

O Revisor Oficial de Contas continua apontando a existência de imobilizados de valor materialmente relevante, não valorizados e por reconhecer contabilisticamente. A Câmara pecou por omissão.-----

Expressa não lhe terem sido facultadas as Contas de quatro das vinte e uma entidades participadas pelo Município, daí não conseguir formar opinião sobre os respetivos efeitos no património e dívida total municipal. Estas dúvidas entendem-se, porquanto, o Revisor Oficial de Contas não conhece a natureza de todas as entidades participadas pelo Município da Figueira da Foz.-----

Como sabem o Município tem uma série de participações, mas não são maioritárias. Cito a título de exemplo, a ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro. S.A., entidade integrada no setor empresarial do Estado, e não no perímetro municipal, portanto sem quaisquer implicações diretas no cálculo de dívida do Município.-----

A Figueira Grande Turismo, Entidade Empresarial Municipal não apresentou Contas, porque se passou por um período algo conturbado enquanto se definia o seu futuro, e está agora em fase de liquidação. Todavia, esta empresa municipal não teve qualquer atividade no ano de 2014, não existe qualquer endividamento e, como tal, não tem qualquer implicação nas Contas do Município.-----

Subsistia a questão do Paço de Maiorca ainda por resolver, cuja solução pretendida seria a municipalização do projeto na Câmara Municipal, mas que foi chumbada pelo Tribunal de Contas, e eventualmente poderá implicar a respetiva liquidação.-----

Porém, o processo do Paço de Maiorca tem obviamente alguma imputação direta nas Contas do Município, pois há responsabilidades assumidas pela autarquia, estando isso refletido no Mapa de Endividamento, com base nas últimas Contas oficialmente encerradas.-----

Outras das entidades participadas é a Associação Coimbra Região Digital, também em fase de liquidação, e a entidade encontra-se incontactável. Depois há toda uma série de pequenas participações sem qualquer tipo de repercussão no endividamento do Município.-----

Nas Dívidas de Terceiros potencialmente incobráveis, temos cerca de 02 milhões de



euros, subdivididos em quatro grandes rubricas. Uma de 486 mil euros respeitante ao licenciamento de um Loteamento na Zona do Matadouro, cuja licença nunca foi levantada, mas também nada foi construído, tudo levando a crer que não será cobrável.-----

Uma dívida do Estado no valor de 597 mil euros, respeitante a um compromisso assumido, em tempos, pelo Ministério da Cultura, de participar nas obras do Centro de Artes e Espetáculos com esse subsídio. Posteriormente, como se obteve financiamento, o Ministério da Cultura declarou não ir participar em virtude das obras estarem a ser financiadas. Uma vez mais se irá insistir com o Ministério da Cultura no sentido de pagar esta verba e ouvir os seus argumentos. Se a pagar será bem vinda!-----

Existe um contencioso de 290 mil euros com a Câmara Municipal de Soure, relativamente à construção de uma Ponte, na sequência de um protocolo outorgado pelas duas autarquias onde se previa a divisão em partes iguais do montante da obra. O Município de Soure não pagou, e irei falar com o meu colega, esperar pela estabilização financeira da Câmara de Soure, e cobrar-lhe estes 290 mil euros.-- O posto de Combustível é para pagar diferido no tempo, e refere-se à venda de bens de investimento da Companhia Portuguesa de Hipermercados. Ascende a 275 mil euros, a pagar no prazo de 04 anos, conforme o clausulado do próprio acordo do regime de concessão.-----

Depois existem pequenas rubricas insignificantes, oscilando entre os 224 euros e os 26 mil euros, por exemplo, o contencioso em curso, no valor de 145 mil euros, com a Vendárea - Empreendimentos Turísticos S.A., uma dívida da Efimóveis Imobiliária S.A. que pretende fazer um encontro de contas, porque a Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal também lhes deve dinheiro, etc.-----

Resumindo e concluindo, apontam-se os 486 mil euros referente à licença do Loteamento na Zona do Matadouro, 597 mil euros do Ministério da Cultura em relação ao Centro de Artes, 290 mil euros do Município de Soure, e com isto perfazemos 1.200 mil euros. Somem-se os 275 mil euros do Posto de Combustível que estão a ser pagos, e os 145 mil euros do processo contencioso, e teremos os 02 milhões de euros.-----

Estamos a falar de um Ativo circulante de dívidas de terceiros potencialmente incobráveis, e isso também não me agrada.-----

Falemos, agora, dos contingentes decorrentes de processos judiciais. Correm os



seus termos dois processos complicados, e obviamente não aceito pagar nenhum deles. Um diz respeito aos danos emergentes e lucros cessantes por violação de um contrato-promessa celebrado em 1985, pela então, Vitor e o Município da Figueira da Foz, relativamente ao Mercado Municipal. Como sabem, há 30 anos foi assinado um contrato-promessa com a empresa Conceição & Correia, no qual esta se comprometia a construir um prédio de 14 andares no local onde hoje se situa o Mercado Municipal, e as instalações do Mercado seriam construídas mais para cima, nas Abadias. E o particular outorgante com base nesse contrato-promessa não só cedeu uma faixa de terreno, bastante significativa, para a Rua Cristina Torres, como começou a construir o tal mercado novo. Em boa hora o Município desfez o acordado. Já no tempo do Dr. Santana Lopes, este mandou retirar a estrutura instalada para o novo mercado, mas ninguém pagou nada à empresa. A ação orça os 24 milhões de euros, quantia que eu rejeito liminarmente. Quando tomei posse o processo já entrara em contencioso, e tenho vindo a acompanhá-lo. Aguardo os resultados das peritagens em curso para avaliação dos custos efetivamente suportados pela empresa. Mas não posso nem devo, sob pena de ser mau administrador, reportar isto como Passivo, pois estaria a confessar uma dívida que efetivamente não existe.-----

Outro contencioso, mais recente, tem a ver com a Tratofoz - Sociedade de Tratamento de Resíduos S.A. Devem lembrar-se do aterro sanitário de resíduos industriais sólidos, em tempos, previsto para ser executado em Maiorca. A população manifestou-se e o executivo municipal, de então, recuou na decisão. Refuto qualquer responsabilidade neste processo, porque ainda não havia uma certeza sobre se o aterro poderia ser licenciado. Todavia, a empresa Mota & Companhia interpôs uma ação solicitando uma indemnização de 04 milhões de euros, a qual foi energicamente contestada pelo Município, alegando não haver nenhuma certeza em relação ao licenciamento do projeto.-----

Para além do resultante das garantias dadas pela Câmara Municipal em relação ao Paço de Maiorca, e vertidas nas Contas, por ora, refuto qualquer contingente.---

As Contas estão em condições de ser aprovadas, não há qualquer omissão, e o Revisor Oficial de Contas atesta a sua apresentação como verdadeira e apropriada."-----

No tocante à derrama está-se no bom caminho. Como sabem, houve um diferendo entre a Autoridade Tributária e os Tribunais Administrativos sobre a sua incidência, e quem recorria da Autoridade Tributária obtinha vencimento de causa nos tribunais, reduzindo substancialmente a capacidade de cobrança da derrama. Posteriormente, saiu um diploma interpretativo, definindo que a derrama incide sobre a matéria



coletável, mas deixando para trás a interpretação aceite pela jurisprudência, ou seja, pelo Tribunal Administrativo. Isto correu mal e por isso no ano passado só tivemos 1.200 mil euros de derrama, mas este ano expectamos um aumento significativo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

JOÃO FILIPE CARRONDA: "Ouvi com atenção as intervenções da Coligação Somos Figueira e falou-se sobretudo de movimentos contabilísticos."-----

De sublinhar a execução orçamental do ano de 2014 por comparação com o orçamento, em termos de receitas ultrapassou os 100%, e em termos de despesa de capital andou pelos 80%. A diferença entre as receitas correntes e despesas correntes deu um superavit."-----

Importante é reconhecer-se que muitas das situações apontadas advêm de responsabilidades anteriores, não imputáveis a este executivo municipal."-----

De realçar os pagamentos a fornecedores, atualmente feitos a 22 dias."-----

De reconhecer o excelente trabalho desenvolvido pelo Presidente da Câmara e pelo seu executivo na estabilização financeira da Câmara Municipal da Figueira da Foz, e na sua credibilização."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Agradeço a explicação exaustiva do Presidente da Câmara Municipal, designadamente, em relação ao parecer do Auditor Externo. -----

O grupo municipal da Coligação Somos Figueira ir-se-á abster na votação deste ponto da ordem de trabalhos."-----

Em primeiro lugar, porque uma boa parte da boa execução financeira se deve ao notável aumento da receita, à custa de impostos aumentados, o que ficou omisso neste documento."-----

Em segundo lugar, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira ficará vigilante em relação às reservas expressas pelo Revisor Oficial de Contas e ao ênfase deste documento."-----

Obviamente acompanharemos o desenrolar de todos estes imbróglis, os quais a terem todos de ser pagos, contribuirão para que esta execução financeira não seja afinal tão boa como está a ser entusiasticamente assinalada pelo grupo municipal do Partido Socialista."-----

É esta a função da Assembleia Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de



imediatamente à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, e do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, da Coligação Somos Figueira Paulo Querido Rodrigues, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, onze abstenções dos restantes membros da Coligação Somos Figueira, e da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, ao abrigo das disposições combinadas do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea 1) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município da Figueira da Foz relativos ao ano de 2014, bem como, o Inventário Municipal dos Bens que faz parte integrante do mesmo processo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "No início da discussão a deputada deste grupo municipal, Maria Adelaide Gonçalves, deu nota bem clara que estas não são as Contas da Coligação Democrática Unitária, pois as suas prioridades são bem diferentes.-----

Esqueceu-se, todavia, de mencionar o regozijo da Coligação Democrática Unitária com a questão da execução do saneamento financeiro da Câmara Municipal da Figueira da Foz, embora não se esquecesse de referir o facto deste saneamento viver muito à custa dos contribuintes, nomeadamente, dos impostos diretos, Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Automóvel e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.-----

A primeira ideia do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária era votar como sempre temos votado, daí ter-se ouvido uma exclamação de espanto aquando da abstenção. -----

A Coligação Democrática Unitária alterou o seu sentido de voto porque o Presidente da Câmara garantiu estarem os pagamentos a ser processados a vinte e dois dias, e por entender que o pagamento atempado aos fornecedores se traduz em sustentabilidade para as empresas e consequentemente assegura os postos de trabalho."-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA apresentou a seguinte declaração de voto: "Votei favoravelmente os Documentos de Prestação de Contas e Inventário de 2014 do



Município da Figueira da Foz por reconhecer que, apesar da atual situação de crise e dificuldade financeira, a Câmara teve uma gestão financeira muito equilibrada e com muita perícia, conseguindo resultados deveras positivos, sem estar parada do ponto de vista de novas iniciativas.-----

Algumas coisas têm sido feitas, desgostando-me o facto de muito dinheiro ter sido investido na Zona Urbana Figueira/Buarcos, e muito pouco nas freguesias rurais, as que mais precisam.-----

Faço um apelo para no futuro imediato se tentar inverter um pouco esta situação.”

5.2 - 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2015

Pelo Departamento de Administração Geral e Finanças foi presente para apreciação e aprovação a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente a aplicação do saldo de gerência de 2014, a qual não tem contrapartida integral no aumento da despesa, em virtude de se ter optado por reduzir a receita de capital relativa a participações recebidas entre a conclusão da elaboração do orçamento e o final do ano de 2014, consideradas como receita a receber no quadro do orçamento para 2015.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, e o Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições emergentes da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA EM MARINHA DAS ONDAS

Pela Subunidade Orgânica do Património foi proposta a desafetação do domínio



público municipal duma parcela de terreno com a área de 1035,00 m², sita na Rua das Pereiras, lugar e freguesia de Marinha das Ondas, confrontando a Norte e Poente com a Rua das Pereiras, a Sul com o Município da Figueira da Foz, e a Nascente com a Rua Feira dos Dois, para registo no domínio privado do Município da Figueira da Foz e posterior anexação ao prédio confinante, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo urbano n.º 2534 da referida freguesia, tendo em vista a materialização do projeto de construção do "Centro Escolar de Marinha das Ondas".-----
Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 07 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, e o Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, desafetar do domínio público uma parcela de terreno com a área de 1035,00 m², sita na Rua das Pereiras, lugar e freguesia de Marinha das Ondas, confrontando a Norte e Poente com a Rua das Pereiras, a Sul com o Município da Figueira da Foz, e a Nascente com a Rua Feira dos Dois, para registo no domínio privado do Município da Figueira da Foz e posterior anexação ao prédio confinante, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo urbano n.º 2534 da referida freguesia.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 - PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA COVA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Pela Subunidade Orgânica do Património foi proposta a desafetação do domínio público municipal duma parcela de terreno com a área de 23,00 m², sita na Rua da Robaleira, lugar da Cova, freguesia de São Pedro, confrontando a Norte com domínio público municipal e outro, a Nascente com herdeiros de Carlos Monteiro Azevedo, a Sul com a Rua da Robaleira, e a poente com Maria Luciana Pereira Capote Ferro e outros, para registo no domínio privado do Município da Figueira da Foz e posterior alienação aos herdeiros de Luis Pereira Capote e Maria do Rosário Pereira



Gonçalves.-----
Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 07 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, e o Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, desafetar do domínio público uma parcela de terreno com a área de 23,00 m2, sita na Rua da Robaleira, lugar da Cova, freguesia de São Pedro, confrontando a Norte com domínio público municipal e outro, a Nascente com herdeiros de Carlos Monteiro Azevedo, a Sul com a Rua da Robaleira, e a poente com Maria Luciana Pereira Capote Ferro e outros, para registo no domínio privado do Município da Figueira da Foz e posterior alienação aos herdeiros de Luis Pereira Capote e Maria do Rosário Pereira Gonçalves.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - CAVALO AMIGO, ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TERAPIA E FORMAÇÃO EQUESTRE - FREGUESIA DE VILA VERDE - PROPOSTA DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO NA INSTALAÇÃO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR À CLASSE DE ESPAÇO EM QUE SE INSERE

Pela Divisão de Urbanismo foi presente uma proposta no sentido de se reconhecer o interesse público na instalação das atividades complementares pretendidas pelo Cavalo Amigo - Associação Portuguesa de Terapia e Formação Equestre no espaço agrícola, sito na Quinta da Ribeira, freguesia de Vila Verde. As atividades pretendidas estão integradas num projeto urbanístico cujo interesse municipal foi reconhecido em 2011, em sede de reunião de Câmara.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 07 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----



A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, e o Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea h) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, art.º 9.º da Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, alínea e) do n.º 1 do art.º 28.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, e alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público na instalação das atividades complementares pretendidas pelo Cavalo Amigo – Associação Portuguesa de Terapia e Formação Equestre para este espaço agrícola, sito na Quinta da Ribeira, freguesia de Vila Verde, com fundamento no facto de estarem integradas num projeto urbanístico cujo interesse municipal foi reconhecido em sede de reunião de Câmara em 2011.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.6 - PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA BORLETEIRA, FREGUESIA DE TAVAREDE

Pela Subunidade Orgânica do Património foi proposta a desafetação do domínio público municipal duma parcela de terreno, com a área de 818,00 m2, sita na Rua da Senhor do Areeiro, Urbanização Quinta da Borleteira, freguesia de Tavarede, confrontando a Norte com acesso pedonal, a Sul e Nascente com Município da Figueira da Foz, e a poente com Rua Senhor do Areeiro, para registo no domínio privado do Município da Figueira da Foz e posterior anexação ao prédio inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo urbano n.º 4171 da referida freguesia, tendo em vista a regularização jurídica da área ocupada com a construção do "Centro Escolar de S. Julião/Tavarede".-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho



Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, e o Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, desafetar do domínio público uma parcela de terreno com a área de 818,00 m², sita na Rua da Senhor do Areeiro, Urbanização Quinta da Borleteira, freguesia de Tavadrede, confrontando a Norte com acesso pedonal, a Sul e Nascente com Município da Figueira da Foz, e a poente com Rua Senhor do Areeiro, para registo no domínio privado do Município da Figueira da Foz e posterior anexação ao prédio inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo urbano n.º 4171 da referida freguesia.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.7 - CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES - SERVIÇO A QUENTE - PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, DA REDE PÚBLICA, DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ - ANO LETIVO 2015/2016

Pela Subunidade Orgânica de Contratação Pública foi apresentada uma proposta de contratação de serviços para confeção e fornecimento de refeições escolares - serviço a quente, destinadas aos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2015/2016, com um valor de despesa estimada de 576.491,58 € (quinhentos e setenta e seis mil quatrocentos e noventa e um euros e cinquenta e oito cêntimos), acrescido de IVA no montante de 132.593,06 € (cento e trinta e dois mil quinhentos e noventa e três euros e seis cêntimos), perfazendo o valor global de 709.084,64 € (setecentos e nove mil oitenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos).-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, e o Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, deliberou, por



maioria, com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, e sem votos contra, ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua última redação, alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo último diploma invocado, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro: -----

1 - Aprovar a abertura do procedimento por Concurso Público, com publicação internacional, para a "Contratação de Serviços de Confeção e Fornecimento de Refeições Escolares - serviço a quente - para os Jardins de Infância e Escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico, da rede pública, do Município da Figueira da Foz - ano letivo 2015/2016", cujo valor de despesa estimada é de 576.491,58 € (quinhentos e setenta e seis mil quatrocentos e noventa e um euros e cinquenta e oito cêntimos), acrescido de IVA no montante de 132.593,06 € (cento e trinta e dois mil quinhentos e noventa e três euros e seis cêntimos), perfazendo o valor global de 709.084,64 € (setecentos e nove mil oitenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos); --

2 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato desta aquisição de serviços pelos anos económicos de 2015 e 2016, os quais não poderão exceder: -

- Ano económico de 2015 - 277.046,04 € (duzentos e setenta e sete mil e quarenta e seis euros e quatro cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;

- Ano económico de 2016 - 432.038,61 € (quatrocentos e trinta e dois mil e trinta e oito euros e sessenta e um cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído. -----

Deliberação aprovada em minuta. -----

JOSE ELÍSIO OLIVEIRA apresentou a seguinte declaração de voto: "Do meu ponto de vista, quem se deve responsabilizar pelo fornecimento das refeições escolares são as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as entidades de carácter social do Concelho, razão pela qual me abstive." -----

5.8 - **LUSIAVES - INDÚSTRIA E COMÉRCIO AGRO-ALIMENTAR, S.A. - PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO EXCECIONAL NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 05 DE NOVEMBRO - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO OU INSTALAÇÃO**

Pela Divisão de Urbanismo foi presente uma informação propondo a regularização da



unidade da Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A., sita em Matinhos, freguesia de Marinha das Ondas, com fundamento na sustentabilidade ambiental das instalações, bem como, na sua relevância económica e social como entidade empregadora para o Concelho, e em especial para a freguesia de Marinha das Ondas, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização da atividade e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----

Este processo foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 17 de abril de 2015.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A Coligação Democrática Unitária tem uma bateria de perguntas sobre esta proposta.-----

Estas instalações já existem? No caso de já existirem, como se operacionalizou a fiscalização da obra? Pede-se a regularização por estarem em desconformidade com o Plano Diretor Municipal? Como é possível a instalação de uma estrutura com mais 2.000 m² em relação ao definido naquele instrumento territorial? A empresa não vai ser coimada por desobedecer ao Plano Diretor Municipal? Existem plantas e comprovativos da obra objeto deste pedido de regularização?-----

Finalmente, dois comentários. O primeiro de ordem técnica, porque as edificações é que têm de se adaptar aos Planos Diretores Municipais e não o contrário. O segundo de natureza ética, porque a Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A. no final da sua petição tenta exercer uma «chantagem» sobre a Câmara Municipal da Figueira da Foz, ao ameaçar deslocalizar as suas instalações.-----

Esta empresa porta-se mal todos os dias, ao não respeitar direitos dos seus trabalhadores. Estes sabem a hora de entrada mas não sabem a de saída, e não são pagas horas extraordinárias.-----

Para além disso são miseravelmente pagos pelo trabalho que exercem.-----

Por todos estes factos, a Coligação Democrática Unitária votará contra este ponto da ordem de trabalhos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Este diploma legal prevê um regime excecional de regularização para instalações de reconhecido interesse público. Estamos a falar do Centro de Venda à porta da Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A. Abastece o mercado a um preço bastante aceitável, e através desta norma, de carácter excecional, e reconhecido o interesse público municipal por esta Assembleia Municipal, pode ser licenciada.-----



As demais afirmações têm uma carga ideológica. Porém, a Câmara Municipal da Figueira da Foz tem sempre a preocupação de chamar a atenção aos empresários para o compromisso social no desempenho das suas atividades.-----

Infelizmente, posso concordar parcelarmente com a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, porque para termos custos baixos de produção, muitas vezes, sacrificam-se as melhores práticas.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Mário Alberto Oliveira.-----

MÁRIO ALBERTO OLIVEIRA: “Há uma certa dificuldade por parte da Coligação Democrática Unitária em ouvir os esclarecimentos do Presidente da Câmara. Muitas vezes fala muito longe do microfone e a voz perde-se um bocado, outras vezes temos dificuldades decorrentes das conversas dos deputados sentados atrás do nosso grupo municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Elísio Oliveira.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA: “Recebi, há dias, na Junta de Freguesia uma cópia de um aviso publicado em Diário da República, incluindo várias plantas topográficas, relativo a alterações ao Plano Diretor Municipal nas freguesias de Marinha das Ondas, Lavos, e também de Moinhos da Gândara, referentes a instalações da Lusiaves-Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A. Dizem respeito a este processo?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “É apenas e tão só com aquele espaço comercial situado à entrada da Fábrica de transformação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Este decreto-lei, invocado no processo, nasceu a 05 de novembro de ano passado, e tudo parece indicar ser um «bebé» nascido por encomenda. Afirmo isto, porque a Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A. está a fazer este tipo de graçolas em vários sítios do país. Já o fez, por exemplo, em Santa Iria da Azóia, e pelo jeito, também em Estarreja. Ao dirigir-se à Figueira da Foz escreveu «Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Estarreja, Dr. João de Ataíde». Depois cortou Estarreja e manuscreveu Figueira da Foz. Isto é uma falta de respeito, uma grosseria, uma falta de «chá», que me faz doer os dentes.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Em linguagem jurídica costuma-se chamar a isso um «erro grosseiro».”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de



imediatamente à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Filipe Carronda, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, e do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Bom Sucesso e Lavos, sem abstenções, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, reconhecer o interesse público municipal na regularização da unidade da Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A., sita em Matinhos, freguesia de Marinha das Ondas, com fundamento na sua relevância económica e social como entidade empregadora para o Concelho, e em especial para a freguesia de Marinha das Ondas, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização da atividade e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

JOSÉ ELÍSIO OLIVEIRA apresentou a seguinte declaração de voto: "Pese embora a Freguesia de Lavos não ter motivos para se congratular com o facto da Lusiaves ter a laborar na sua área geográfica alguns setores da sua atividade, voto a favor da proposta da Câmara por também reconhecer, que nalguns aspetos, sobretudo no que respeita a postos de trabalho e criação de riqueza, é uma empresa importante, mas, sobretudo por ainda confiar que quem dirige esta empresa está atento às questões, sobretudo de ordem ambiental e outras, que nos afetam, e tudo fará no imediato para o debelar.-----

Quero também acreditar que a Lusiaves no futuro imediato compreenderá que é de justiça compensar de alguma forma a Freguesia e não deixará de nos conceder o apoio em tempos prometido e outros de que no dia a dia vamos necessitando, como recentemente fez e muito bem, em relação à Freguesia de Marinha das Ondas."-----

5.9 - FORNECIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NOS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, DA REDE PÚBLICA, DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR E PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - ANO LETIVO



2015/2016

Pela Divisão de Educação e Assuntos Sociais foi proposta a manutenção em vigor dos contratos interadministrativos celebrados entre o Município da Figueira da Foz e as Freguesias de Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca e São Pedro, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos Jardins de Infância de Alqueidão, Morros, Regateiros, Santana, Costa de Lavos, Santa Luzia, Regalheiras, Maiorca e Gala, bem como, com as freguesias de Alhadas Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, Paião e São Pedro, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Generalização das Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares às Escolas Básicas do 1.º Ciclo de Brenha, Alqueidão, Castanheiro, Santana, Costa de Lavos, Santa Luzia, Regalheiras, Carvalhais, Maiorca, Paião, Sobral, e Gala.-----

Foi proposto a celebração de um contrato interadministrativo com a Freguesia de Lavos, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares ao Jardim de Infância de Carvalhais, cuja minuta aqui se dá por integralmente reproduzida, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Os serviços propõem ainda a celebração de protocolos de cooperação com os Agrupamentos de Escolas Figueira Norte e Figueira Mar, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré Escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Filipe Carronda, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, e do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, sob proposta da Câmara e ao abrigo



das disposições combinadas das alíneas j) e k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.ºs 118.º, 120.º e 133.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, deliberou, por unanimidade: -

1 - Tomar conhecimento da manutenção em vigor dos contratos interadministrativos celebrados entre o Município da Figueira da Foz e as Freguesias de Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca e São Pedro, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares aos Jardins de Infância de Alqueidão, Morros, Regateiros, Santana, Costa de Lavos, Santa Luzia, Regalheiras, Maiorca e Gala;-----

2 - Tomar conhecimento da manutenção em vigor dos contratos interadministrativos celebrados entre o Município da Figueira da Foz e as Freguesias de Alhadas, Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, Paião e São Pedro, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Generalização das Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares às Escolas Básicas do 1.º Ciclo de Brenha, Alqueidão, Castanheiro, Santana, Costa de Lavos, Santa Luzia, Regalheiras, Carvalhais, Maiorca, Paião, Sobral, e Gala;-----

3 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar um contrato interadministrativo com a Freguesia de Lavos, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de fornecimento e acompanhamento de refeições escolares ao Jardim de Infância de Carvalhais;-----

4 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente destes contratos interadministrativos e protocolos de cooperação com os Agrupamentos de Escolas Figueira Norte e Figueira Mar, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, pelos anos económicos de 2015 e 2016, os quais não poderão exceder:-----

- Ano económico de 2015 - 156.544,27 € (cento e cinquenta e seis mil quinhentos e quarenta e quatro euros e vinte e quatro centimos), isento Imposto sobre o Valor Acrescentado;-----

- Ano económico de 2016 - 245.211,41 € (duzentos e quarenta e cinco mil duzentos e onze euros e quarenta e um centimos), isento de Imposto sobre o Valor Acrescentado.-----



Deliberação aprovada em minuta.-----

5.10 - DINAMIZAÇÃO DO PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, NOS JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA, DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR - ANO LETIVO 2015/2016

Pela Divisão de Educação e Assuntos Sociais foi proposta a manutenção em vigor dos contratos interadministrativos celebrados entre o Município da Figueira da Foz as Freguesias de Alqueidão, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, e São Pedro, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de dinamização do prolongamento de horário nos Jardins de Infância de Alqueidão, Camarção, Morros, Regateiros, Santana, Ferreira-a-Nova, Tromelgo, Costa de Lavos, Santa Luzia, Regalheiras, Carvalhais, Maiorca e Gala, e a celebração de contratos interadministrativos com as Freguesias de Lavos e Tavarede, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de dinamização do prolongamento de horário nos Jardins de Infância de Carvalhais, e da Escola Básica do 1.º Ciclo S. Julião/Tavarede. As minutas destes dois novos contratos interadministrativos dão-se aqui por integralmente reproduzidas, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Filipe Carronda, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, e do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas das alíneas j) e k) do n.º 1 do art.º 25.º e art.ºs 118.º, 120.º e 133.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade:-----

1 - Tomar conhecimento da manutenção em vigor dos contratos interadministrativos celebrados entre o Município da Figueira da Foz as Freguesias de Alqueidão, Bom



Sucesso, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, e São Pedro, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de dinamização do prolongamento de horário nos Jardins de Infância de Alqueidão, Camarção, Morros, Regateiros, Santana, Ferreira-a-Nova, Tromelgo, Costa de Lavos, Santa Luzia, Regalheiras, Carvalhais, Maiorca e Gala;-----

2 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar um contrato interadministrativos com as Freguesias de Lavos e Tavarede, delegando-lhe competências no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, componente de apoio à família, em matéria de dinamização do prolongamento de horário nos Jardins de Infância de Carvalhais, e da Escola Básica do 1.º Ciclo S. Julião/Tavarede.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.11 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO RELATIVAMENTE AO ANO DE 2014 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Gabinete de Apoio à Presidência foi presente, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2014, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Este documento foi apreciado em sede de reunião de Câmara de 07 de abril de 2015. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5.12 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA GALA DOS PEQUENOS CANTORES - EXTRA-AGENDA

Pela Divisão de Cultura foi proposta a alteração ao n.º 1 do art.º 8.º do Regulamento da Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz, o qual passará a ter a seguinte redação: "As inscrições dos «pequenos cantores» têm de ser formalizadas até oito de junho, sendo as inscrições da responsabilidade dos seus Encarregados de Educação e feitas através de carta registada, ao Secretariado da Organização da Gala Internacional do Pequenos Cantores: Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Centro de Artes e Espetáculos, Rua Abade Pedro, 3080-084 Figueira da Foz, Portugal."-----



Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 17 de abril de 2015.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Filipe Carronda, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, e do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a alteração ao n.º 1 do art.º 8.º do Regulamento da Gala Internacional dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz, o qual passará a ter a seguinte redação: "As inscrições dos «pequenos cantores» têm de ser formalizadas até oito de junho, sendo as inscrições da responsabilidade dos seus Encarregados de Educação e feitas através de carta registada, ao Secretariado da Organização da Gala Internacional do Pequenos Cantores: Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Centro de Artes e Espetáculos, Rua Abade Pedro, 3080-084 Figueira da Foz, Portugal".-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, João Filipe Carronda, João Paulo Pinto, Susana Oliveira Monteiro, Jorge Bugalho Silva, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira José Pereira da Costa, Ana Laborda Oliveira, e Filipe Humberto Dias, e do Bloco de Esquerda Elisabete Cunha Fonseca, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte e uma horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----